



**Universidade Federal
de São João del-Rei**

CURSO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Análise étnico-demográfica dos estudantes da Universidade Federal de São
João del-Rei (2013–2023): o impacto das políticas de inclusão e cotas**

André Teixeira Rocha

SÃO JOÃO DEL-REI / MG

2025

André Teixeira Rocha

**Análise étnico-demográfica dos estudantes da Universidade Federal de São
João del-Rei (2013–2023): o impacto das políticas de inclusão e cotas**

Trabalho de Conclusão de Curso da
graduação de Geografia Bacharelado na
Universidade de São João del-Rei.

Prof. Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto
Toledo

São João del-Rei / MG

2025

Resumo

A pesquisa a seguir busca entender e encontrar mudanças no perfil estudantil dos alunos da Universidade Federal de São João del-Rei, com base na adesão de programas do governo federal como o Reuni e SISU, além da aplicação da política de Lei de Cotas. A pesquisa foi realizada através de levantamento de dados que demonstram de forma contundente a transformação do perfil estudantil da universidade, os quais foram levantados através de políticas públicas de acesso à informação, como o portal do Ministério da Educação (MEC) e da plataforma governamental do FalaBr. A partir desses dados, foram produzidos gráficos que demonstram que a UFSJ vem passando por uma grande transformação em seu perfil estudantil, mas ainda é uma universidade majoritariamente branca, demonstrando que ainda é necessário o apoio e a continuidade dessas políticas transformadoras da sociedade.

Palavras-Chave: Políticas de Inclusão, ENEM, SISU, UFSJ, Cotas

Abstract

The following research seeks to understand and identify changes in the student profile of students at the Federal University of São João del-Rei, based on the adoption of federal government programs such as Reuni and SISU, in addition to the application of the Quota Law policy. The research was conducted through data collection that strongly demonstrates the transformation of the university's student profile, which was gathered through public policies for access to information, such as the Ministry of Education (MEC) portal and the government platform FalaBr. From this data, graphs were produced that demonstrate that UFSJ has been undergoing a significant transformation in its student profile, but it is still a predominantly white university, demonstrating that support and continuity of these transformative social policies are still necessary.

Keywords: Inclusion Policies, ENEM, SISU, UFSJ, Quotas

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar vivo e presente em um ambiente tão transformador como a Universidade, também gostaria de agradecer a todos os meus familiares, em especial meu pai, minha mãe, meu irmão e minha falecida avó, por tudo o que fizeram para mim e por me proporcionarem momentos tão especiais em minha vida.

Agradeço também a todos os meus antigos professores do ensino básico e médio por terem tido a paciência de me ensinar, em especial minha professora de geografia Aline do ensino médio, agradeço também a meus amigos Brendon, Anderson, Fernando, Thiago Assis e Thiago Gabriel, Kayque e Guilherme, por terem transformado o ensino médio em anos inesquecíveis.

Agradeço também a meus professores universitários, em especial Márcio, meu orientador, por terem me ajudado nesse momento de formação acadêmica, por terem tido paciência e por transmitirem seus conhecimentos comigo, agradeço a meus amigos Hugo, Emanuel, Pedro, David, Eduardo, Augusto e Neto, por terem compartilhado momentos inesquecíveis comigo durante esses anos.

INTRODUÇÃO:	8
REFERENCIAL TEÓRICO: AS DIFICULDADES DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS:	10
CAPÍTULO 1: EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E A UFSJ:	11
1.1: O Programa Reuni:	11
1.2: UFSJ:	12
CAPÍTULO 2: SISU E AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA:	16
2.1: SISU: Acesso a Universidade Federal:	16
2.2: Políticas de Afirmação (Cotas):	18
CAPÍTULO 3: FORMA DE INGRESSO:	20
3.1: Processos Seletivos:	20
3.2: Reserva de Vagas:	22
3.3: Matrículas (2013 - 2023):	24
CAPÍTULO 4: TOTAL:	29
4.1: Naturalidade:	30
4.2: Raça/Cor:	31
4.3: Raça/Cor - Curso:	32
4.4: Gênero - Curso:	33
CAPÍTULO 5: TOTAL POR CAMPI:	36
5.1: Campus Tancredo Neves (CTAN):	36
5.2: Conclusão:	40
5.3: Campus Dom Bosco (CDB):	41
5.4: Conclusão:	43
5.5: Campus Santo Antônio (CSA):	43
5.6: Conclusão:	45
Conclusão:	45
Bibliografia:	46

Gráficos e mapas:

Gráfico 1: Forma de Ingresso no ano de 2013.....	22
Gráfico 2: Forma de Ingresso no ano de 2023.....	23
Gráfico 3: Reserva de Vagas por Sexo no ano de 2013.....	24
Gráfico 4: Reserva de Vagas por Etnia no ano de 2013.....	25
Gráfico 5: Nº de matrículas - Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2013.....	27
Gráfico 6: Nº de matrículas - Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2013.....	28
Gráfico 7: Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2023.....	29
Gráfico 8: Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2023.....	30
Gráfico 9: Matrículas - Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2023.....	31
Gráfico 10: Matrículas - Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2023.....	32
Gráfico 11: Naturalidade dos alunos (Total).....	33
Mapa 1: Mapa dos 10 municípios que mais forneceram alunos para a Universidade Federal de São João del-Rei.....	35
Gráfico 12: Raça/Cor dos alunos da UFSJ.....	36
Gráfico 13: Etnia por curso dos alunos da UFSJ.....	37
Gráfico 14: Gênero por curso dos alunos da UFSJ.....	38
Gráfico 15: Gênero dos alunos da UFSJ (Total).....	39
Gráfico 16: Gênero por curso dos alunos da UFSJ.....	40

Tabelas:

Tabela 1:	34
Tabela 2:	35
Tabela 3:	36
Tabela 4:	36
Tabela 5:	37
Tabela 6:	38
Tabela 7:	39
Tabela 8:	40
Tabela 9:	40
Tabela 10:	41
Tabela 11:	42
Tabela 12:	42

Análise étnico-demográfica dos estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei (2013–2023): o impacto das políticas de inclusão e cotas

INTRODUÇÃO:

O Brasil viveu durante esse início de Século XXI uma grande mudança na sua educação superior, o que foi por mais de 300 anos uma educação voltada para pessoas brancas ricas, passou a ter um perfil mais diversificado e popular. Apesar das grandes mudanças no perfil dos estudantes terem ocorrido neste século atual, esse processo começou já no século XX, com a criação de algumas universidades federais, apesar destas aceitaram diversas etnias, algumas sofriam para poder entrar e se manter nas mesmas, o que fez as universidades continuarem elitistas (Oliveira, 2017).

Durante a virada do século, o governo PT (2003-2016), foi um dos principais responsáveis por diversas políticas públicas que foram implementadas com o objetivo de transformar o perfil dos estudantes do ensino superior brasileiro. Entre elas destacam-se a ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dos cursos e das vagas disponíveis, bem como a interiorização dos campi a partir de 2008. Soma-se a isso o aumento da mobilidade territorial dos estudantes promovido pelo sistema unificado de ingresso via ENEM/SISU e a adoção da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, além das cotas sociais e étnico-raciais (renda, PPI – pretos, pardos e indígenas – e Pessoas com Deficiência). Essas ações, em conjunto, modificaram de forma significativa o perfil da nova geração de discentes das universidades federais e dos Cefets (PNPSC, 2019).

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) foi uma das universidades que aderiu a essa expansão realizada pelo governo, participando de programas como o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que foi criado com o intuito de retomar o crescimento do ensino superior público do Brasil, seja ele no âmbito físico, acadêmico e pedagógico da rede federal de educação superior. Esse projeto funcionava através de subsídios fornecidos para as Universidades Federais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI) 2023, a UFSJ passou de 3.611 alunos matriculados, 216 docentes em 2008, para 9.911 alunos matriculados, 859 docentes, em 2020.

Os dados levantados nesta pesquisa foram obtidos através da “Lei de Acesso à Informação” (LAI), através de pedidos realizados pelo FalaBr diretamente para a UFSJ, que no *síte* ainda está registrada como FUNREI. Também foram coletados dados pelo censo da educação superior, realizado pelo INEP anualmente, a saber: Gênero, Raça/Cor, Idade, Município de Origem, Faixa Etária, entre outros. Vale ressaltar que alguns dados não foram coletados, como: Renda Familiar Média, isso devido a Lei Geral de Proteção de Dados.

Os dados coletados através do Censo da Educação Superior do INEP, foram utilizados para a confecção dos gráficos presentes na análise geral da UFSJ, que abrangem os capítulos 3 e 4. Vale mencionar que os dados obtidos através do censo abrangem também os alunos do IF Sudeste da cidade de São João del-Rei, por isso seria necessária a remoção desses mesmos alunos durante a produção dos gráficos, o que não foi possível devido à falta de tempo e informação em relação a esses alunos. Já os dados por *campi*, capítulo 5, os gráficos e tabelas foram produzidos a partir dos dados obtidos através do pedido realizado na plataforma do FalaBr, dados esses que foram disponibilizados pela própria UFSJ.

Conforme os dados fornecidos pela UFSJ, foram produzidas tabelas que relacionam dados como: Gênero, Idade, Curso, Município e Estado de origem e Raça/Cor, para que seja feita uma análise mais compreensível e detalhada em relação a cada um dos *campi* presentes nas cidades sede da universidade, São João del-Rei.

Este projeto busca entender o perfil socioeconômico, além do perfil étnico-racial dos alunos da UFSJ (*campi* sede), entre os anos de 2013 e 2023, busca também entender o impacto de políticas públicas, das “Leis de Cotas” e também do SISU, além de mostrar as mudanças demográficas que ocorreram no corpo discente da UFSJ. Ainda, buscamos demonstrar como as políticas públicas de inclusão, criadas nos últimos 15 anos no Brasil, se realizaram e como foram responsáveis por uma grande mudança no alunado da universidade. Por fim, buscamos apresentar um pouco da área de influência que a UFSJ exerce sobre o estado e sobre o país, através de uma análise sobre os municípios que mais ‘forneceram’ alunos para os *campi* sede da Universidade Federal de São João del-Rei.

REFERENCIAL TEÓRICO: AS DIFICULDADES DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS:

Ao longo dos anos, observam-se diversas dificuldades enfrentadas pelas políticas afirmativas em sua implementação, consolidação e expansão. Mesmo nas fases iniciais de planejamento, tais políticas são frequentemente alvo de questionamentos quanto à sua efetividade. Entre os debates mais controversos estão as alegações de que as ações afirmativas poderiam gerar novas desigualdades, seja em relação aos estudantes brancos, seja entre os próprios negros, pardos ou indígenas oriundos de classes sociais mais altas. Soma-se a isso a crítica de que haveria desvantagens entre estados com diferentes composições étnicas. Como destaca Regina (2008, 17), as cotas “significam parte ou fração a que se tem direito, dividindo as pessoas em quem tem direito e quem não tem”, percepção que tem sido usada por grupos contrários às políticas afirmativas para alimentar polêmicas em torno do tema.

Autores como Heringer (2018), destacam que algumas das principais críticas que as políticas sofreram eram de que elas iriam criar conflitos e divisões raciais, que no Brasil eram harmônicas, e também críticas como o fato de que a população negra estaria em ‘desvantagem’ devido à baixa escolaridade dessa etnia. O autor ainda aborda questões como a permanência nas universidades dessas populações pretas e pardas, o que é um dos temas de maior relevância nos estudos sobre as políticas afirmativas, visto que apesar da ‘maior facilidade’ de acesso às universidades públicas, ainda é necessário que esses alunos se mantenham nessas cidades que estão localizadas essas universidades, já que muitos precisam se mudar para novas cidades para estudar.

Heringer (2018) ainda afirma que políticas de assistência estudantil ainda são muito novas no contexto do ensino superior brasileiro, e quando estão presentes, não atingem todas as pessoas que precisam delas, os estudantes de baixa renda. Assim, o que falta às universidades é uma visão de que muitas das pessoas que a adentraram durante o início do século XXI, através de políticas de inclusão, são parte de um novo perfil estudantil, em que muitos estudantes são os primeiros universitários de suas famílias.

Petronilha (2011), aborda o fato de que muitas pessoas acreditam que a adoção de políticas afirmativas iria diminuir a qualidade das universidades públicas, mas ao mesmo tempo acredita que os professores universitários são mais do que

capazes de guiar e orientar esses alunos que originam-se de situações sociais tão diferentes das quais eles já estavam acostumados anteriormente a implementação das políticas afirmativas.

No ano de 2010, o governo brasileiro criou o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), ele tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010). Apesar de o PNAES ter recebido investimentos crescentes até o ano de 2013, esses investimentos ainda não eram capazes de financiar o grande número de alunos que necessitavam desses auxílios, e durante o ano de 2015, a situação fica pior, com a crise financeira e fiscal que atingiu o país.

De acordo com Soares (2024), embora as políticas afirmativas tenham ampliado o acesso de estudantes pretos e pardos às universidades públicas federais, esses alunos ainda enfrentam dificuldades significativas na inserção no mercado de trabalho formal após a graduação. Apesar disso, tais políticas cumprem parte de seus objetivos ao contribuírem para o aumento do nível de escolaridade e das taxas de conclusão dos cursos. Contudo, persiste uma discrepância relacionada à sobrequalificação desses estudantes, caracterizada pela exigência, no mercado de trabalho, de níveis de formação inferiores à qualificação que eles possuem, fenômeno em que os homens aparecem com os maiores índices.

Petronilha (2019) também aborda o fato de que a comunidade negra não possui um senso de “comunidade”, tendo em vista que o pensamento dessa população foi imposto sobre eles durante séculos, pelos povos dominantes, os brancos europeus, criando assim um vazio em relação a seus perfis étnico-raciais, além da falta de positivismo em relação a seus ancestrais e modo de viver, imprimindo assim neles um pouco de busca por aceitação dos brancos e não de si mesmos.

Carvalho (2007) aborda uma visão mais voltada para o corpo docente, ele cita o termo chamado confinamento racial, que seria um jeito de explicar a falta de professores negros em diversas universidades federais brasileiras, carvalho cita que esse confinamento racial está impregnado nas universidades desde a sua fundação,

e que muitos professores acabam sendo “herdeiros” de antigos academicos que ajudaram a criar o perfil desses docentes universitarios.

CAPÍTULO 1: EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E A UFSJ:

1.1: O Programa Reuni:

O Programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras) foi iniciado em 2003, tornando-se Decreto Presidencial apenas em 2007, por meio do Decreto nº 6.096/2007. Entre suas diretrizes estavam a interiorização e a ampliação do acesso às universidades federais, a redução das taxas de evasão e a revisão da estrutura acadêmica. O REUNI constituiu uma das principais ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo era elevar o nível de escolaridade no país em todas as etapas. No que se refere ao ensino superior, buscava promover a expansão da oferta de vagas, assegurar a qualidade, fomentar a inclusão social por meio da educação e reorganizar o território educacional, de modo a levar instituições de qualidade às regiões mais remotas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, de acordo com o site do MEC.

De acordo com informações do próprio site do REUNI, o primeiro ano do programa contou com investimentos de aproximadamente R\$ 415 milhões. Nesse mesmo período, as universidades federais superaram as expectativas quanto à criação de novas vagas. Em 2007, antes da implementação efetiva do programa, essas instituições ofereciam cerca de 132.451 vagas nos cursos de graduação. Já no primeiro ano do REUNI, foram criadas aproximadamente 15 mil novas vagas, elevando esse total para 147.277.

Também foram criados cerca de 180 novos cursos, o que totalizou 2.506 cursos ofertados no ano, o que consequentemente aumentou o número de docentes e técnicos das universidades, com a criação de 1.821 novas vagas para docentes e de 1.638 vagas para técnicos administrativos. Os cursos de pós-graduação também obtiveram grandes implementações no seu sistema de bolsas estudantis, com 941 bolsas concedidas para os estudantes, sendo 645 de mestrado e outras 296 de doutorado.

Na parte física das universidades, a ampliação começou no ano de 2003, com o Expansão Fase I, que tinha o principal objetivo de interiorizar as universidades, com a criação de 104 novos *campi*, totalizando 255 *campi* em 2008, passando também de 114 municípios atendidos por essas universidades, para 237 em 2011.

No ano de 2020, o Ministério da Educação (MEC) decidiu ampliar o projeto REUNI, devido ao contexto de Pandemia da Covid-19, criando assim o REUNI Digital, que tinha o objetivo de ampliar o acesso de estudantes no ensino superior, além de contribuir para com o alcance das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Também devido à Pandemia de Covid-19, o governo enxergou no ensino a distância (EAD) uma solução para o período de isolamento, de acordo com o site do GOV, na página do MEC, o Reuni Digital foi fundamental para contribuir com o uso de tecnologias de informação e comunicação, consolidar o EaD como um meio válido e acessível no meio educacional, além de contribuir com o acesso e formação de pessoas a cursos de nível superior, contribuir com políticas de inclusão, principalmente com pessoas com deficiência, em situação social vulnerável, entre outras minorias brasileiras, permitir a flexibilização de horários, criação de novas vagas no ensino superior.

1.2: UFSJ:

A Universidade Federal de São João del-Rei foi fundada a partir da fusão de duas antigas instituições da cidade, a Fundação Municipal de São João del-Rei e a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei.

A Fundação Municipal de São João del-Rei foi fundada a partir da Lei nº. 1177, de 6 de outubro de 1970, com o nome de Fundação Universitária Municipal de São João del-Rei, e regulamentada pelo Decreto nº. 611, de 15 de outubro de 1970. Essa lei criava quatro faculdades: Medicina, Direito, Engenharia e Ciências Econômicas, mas as faculdades de direito e medicina não chegaram a ser concretizadas. O nome da Fundação foi alterado para Fundação Municipal de São João del-Rei pelo Decreto nº 779 de 1973. No segundo semestre de 1970, a Prefeitura de São João del-Rei recebeu a doação dos terrenos e dos imóveis do antigo Ginásio Santo Antônio, que havia sido transferido para Belo Horizonte, que foi escola de grandes nomes da história brasileira, entre eles Tancredo Neves,

primeiro presidente eleito democraticamente após a Ditadura Militar e também de Guimarães Rosa, que escreveu o livro clássico, *Grande Sertão: Veredas*, apesar de não ter concluído seus estudos na cidade.

Embora criada em 1970, a Fundação Municipal de São João del-Rei iniciou suas atividades apenas em 1972, com as faculdades de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FACEAC), de acordo com o próprio site da UFSJ, as primeiras turmas de Ciências Econômicas e Administração colaram grau em 16 de julho de 1976. Já a Faculdade de Engenharia Industrial (FAEIN) teve seus cursos de Engenharia de Operações, Engenharia Industrial Elétrica e Engenharia Industrial Mecânica autorizados em 1975 e reconhecidos em 1978. No ano de 1979 colaram grau os primeiros engenheiros, alguns cursos, como o de Engenharia de Operações acabaram sendo extintos antes da federalização da FAEIN.

Já a segunda instituição foi criada em 1953, chamada de Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, tinha como objetivo profissionalizar os religiosos da congregação mantenedora, a salesiana. A Faculdade Dom Bosco teve seus estatutos aprovados pelo Governo Federal, através do Decreto 34.392, de 27 de outubro daquele ano, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, que tinha como Ministro da Justiça Tancredo Neves. Foi instalada em março de 1954 e manteve até o ano de 1986 os cursos de Filosofia, Ciências, Pedagogia, Letras e Psicologia.

O curso de Letras primeiramente foi oferecido como Letras Neo-Latinas (espanhol, Italiano, Francês e Português) e Letras Anglo-Germânicas (Inglês e Alemão), na década de 1960 foi criado os cursos em Letras Clássicas (Grego e Latim). Em 1983 o curso passou por grandes reformulações, passando a oferecer as línguas francesas e sua literatura, língua latina e sua literatura, língua inglesa e sua literatura, língua portuguesa e sua literatura. Além das matérias que acabaram extintas no curso de Letras, a Faculdade Dom Bosco chegou a oferecer os cursos de Ciências Sociais e Didática, que também foram extintos antes da federalização, já o curso de Ciências foi desmembrado em 2002 nos cursos de Física e Química.

Já a Universidade Federal de São João del-Rei foi criada pela Lei 7.555, de 18 de dezembro de 1986, como Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei), sendo resultado da união e federalização das duas instituições citadas, a

Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, e a Fundação Municipal de São João del-Rei. No dia 21 de abril de 1987, o então presidente da república, José Sarney, assinou a lei que instituiu a Funrei, dia esse que também marcava a data de dois anos do falecimento do ex-Presidente e São Joanense, Tancredo de Almeida Neves. O processo de federalização se deu através da implementação do patrimônio e dos profissionais das duas instituições anteriores à Funrei.

Logo após a federalização da Funrei, a mesma contava com 140 docentes, sendo que no ano de 1987 apenas 3 professores possuíam doutorado e 19 eram mestres, 250 técnicos-administrativos. Com o estabelecimento da Funrei, a mesma passou por uma grande ampliação das atividades de pesquisa e do regime de trabalho, o que gerou a necessidade do aumento do número de docentes e técnicos. Havia 2.000 alunos que estudavam nos dois *campi* no qual formavam a Funrei e as antigas unidades de ensino superior a mesma, Campus Dom Bosco e Campus Santo Antônio. A Funrei na época oferecia apenas 9 cursos de graduação, sendo eles: Administração, Ciências Econômicas, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica, Filosofia, Letras, Pedagogia, Psicologia e Ciências.

Em 19 de abril de 2002, a FUNREI foi transformada em universidade por meio da Lei nº 10.425, passando a denominar-se Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). A instituição constitui pessoa jurídica de direito público, financiada pelo Poder Público e vinculada ao Ministério da Educação. Sua sede está localizada em São João del-Rei e compreende os campi Tancredo de Almeida Neves, Santo Antônio e Dom Bosco, além de unidades instaladas nas cidades de Divinópolis, Ouro Branco, e em Sete Lagoas. A UFSJ também abrange outras estruturas institucionais, como o Centro Cultural de São João del-Rei.

A UFSJ aderiu ao programa REUNI no ano de 2007, investindo na expansão da universidade, principalmente em São João del-Rei, através da criação de novos cursos de graduação, e também na disponibilidade de novas vagas para os cursos já existentes. No ano de 2010, no Campus Tancredo Neves (CTAN), onde a maioria dos 14 cursos criados através do REUNI estão, houve a inauguração dos novos prédios do Departamento de Ciências Naturais e o novo Laboratório de Neurociência Experimental e Computacional.

Nos anos seguintes, especialmente a partir da década de 2010, a UFSJ passou por um expressivo processo de interiorização e expansão de sua atuação regional. Nesse período foram criados novos campi, como o Campus Alto Paraopeba, no município de Ouro Branco, e o Campus Centro-Oeste Dona Lindu, em Divinópolis, que passaram a ofertar cursos da área da saúde e programas de pós-graduação. Em 2009, foi inaugurado também o campus de Sete Lagoas. Embora oficialmente instaladas entre 2009 e 2010, essas unidades já contavam com edificações em funcionamento desde 2008, evidenciando um processo gradual e contínuo de ampliação institucional.

Além da infraestrutura da faculdade, ela também passou por um grande processo de reformulação. No ano em que a UFSJ passou a integrar o programa REUNI, a faculdade contava com 20 cursos de graduação em sua grade, e já no ano de 2011 esse número passou para 41 cursos disponíveis, na questão de vagas disponíveis, no ano de 2007 fornecia 790 vagas e em 2010 esse número era de 2.550 e as vagas de período integral passaram de 230 para 1.405 vagas já no ano de 2010.

A universidade também teve um aumento significativo em alunos matriculados, saltando de 3.790 no ano de 2007, para 7.592 no ano de 2010, assim como também houve um grande aumento no número de livros nas bibliotecas, de 49.175 livros para 61.533 títulos disponíveis, assim como o número de bolsas oferecidas pela faculdade, em todas as suas modalidades, passando de um total de 471 para 1.404 bolsas disponíveis.

Assim, como houve um aumento no número de alunos, o corpo docente e técnico, também cresceram, passando de 214 para 588 professores, sendo que 389 contam com títulos de Doutores, um total de 66,16% para o ano de 2010, e o número de técnicos passou de 235 para 416.

No quesito de Pós-Graduação, a UFSJ também passou por um grande aumento, na Pós-Graduação presencial *stricto sensu* passou de 2 cursos, para 11, no mestrado passou de 2 cursos para 10, e no doutorado também passou de 2 cursos com a titulação, para 10 cursos disponíveis, também no ano de 2010.

CAPÍTULO 2: SISU E AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA:

2.1: SISU: Acesso a Universidade Federal:

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um projeto criado pelo Ministério da Educação (MEC) que visa democratizar o acesso à educação superior brasileira. O SISU ocorre através da inscrição do estudante que realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) anterior ao processo seletivo do SISU, e pretende cursar algum curso disponível nas Universidades Públicas e Institutos Federais.

O processo de inscrição na universidade federal através do SISU é dividido em quatro etapas, Inscrição, Primeira Chamada, Segunda Chamada e Lista de Espera, que será explicado a seguir.

Durante a inscrição o estudante deverá responder questionamentos em relação à idade, gênero, cor e renda, por exemplo, relativos a perfis para a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e após selecionará dois cursos que têm interesse, podendo ser alterado durante todo o período de inscrição. Durante o processo de seleção do estudante, as universidades podem delimitar, apesar de não ser obrigatório, uma nota mínima para as inscrições do SISU, nota essa que é diferente da nota de corte, que é a menor nota do estudante inscrito para o curso e diferente da nota mínima, a nota de corte é variável conforme os estudantes se inscrevem nos cursos, a nota mínima somente é possível saber durante o período de inscrição.

A segunda etapa corresponde à convocação dos estudantes selecionados na primeira chamada. A escolha desses candidatos é realizada automaticamente pelo sistema do SISU, considerando a distribuição de vagas por modalidade de concorrência. Quando o estudante é convocado para a sua primeira opção, ele pode optar por efetuar a matrícula ou recusá-la, mas caso opte pela recusa, não poderá retomá-la posteriormente. Já se for selecionado para a segunda opção e decidir não se matricular, poderá manifestar interesse em participar da lista de espera referente à sua primeira opção.

A segunda chamada ocorre quando não há a adesão de estudantes suficientes durante o processo da primeira chamada. O processo consiste na

chamada dos estudantes que não foram selecionados durante a primeira chamada de nenhuma de suas opções, caso o estudante seja chamado por ambos os cursos o curso de segunda opção deve cancelar seu chamado, o aluno tem a escolha de aceitar ou rejeitar a convocação, ao não realizar a inscrição.

Caso o curso não apresente adesão suficiente com a chamada regular, o SISU disponibiliza o preenchimento das vagas através da lista de espera. Os estudantes da lista de espera somente podem ser chamados caso não tenham sido selecionados no curso de sua primeira opção, independente de terem realizado a inscrição na segunda opção, a lista de espera é exclusiva para a primeira opção do estudante.

As vagas distribuídas pelo SISU, seguem os padrões decretados pela Lei de Cotas, e também com as políticas e ações afirmativas adotadas pelas instituições públicas de ensino superior (IES).

Durante o ano de 2025 o MEC disponibilizou 261.779 vagas para 6.851 cursos de graduação em 124 instituições de ensino superior em todo o Brasil, neste ano também foram disponibilizadas cerca de 68 mil vagas através do projeto Pé de Meia Licenciaturas, que é uma bolsa para os alunos que possuem notas boas no ENEM e que escolheram cursos de formação de professores (Licenciatura).

Os estados que mais ofertaram vagas foram Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba, sendo que Minas Gerais disponibilizou mais de 30 mil vagas, enquanto os demais estados ofertaram mais de 20 mil cada um. Entre as instituições, destacaram-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 9.050 vagas, e a Universidade Federal Fluminense (UFF), com 8.683 vagas disponibilizadas por meio do SISU.

A UFSJ aderiu ao SISU em 2013, embora, naquele momento, não disponibilizasse vagas para todos os cursos e ofertasse apenas 10% de suas vagas ao sistema. Desde então, utiliza o SISU como forma de ingresso para novos estudantes.

2.2: Políticas de Afirmação (Cotas):

As políticas afirmativas foram utilizadas pela primeira vez nos Estados Unidos, durante a década de 1960. No contexto norte-americano, essas políticas surgiram em meio a um período marcado pela forte segregação racial e por intensos conflitos sociais. No Brasil, embora o racismo não se manifestasse de forma tão explícita quanto nos EUA, o país já era profundamente racista, excluindo sistematicamente povos da vida social brasileira, especialmente pessoas negras e indígenas.

No Brasil o debate sobre a discriminação começou a ganhar forma já no final da década de 60, com alguns políticos defendendo a criação de leis, dizendo que as empresas devem contratar uma porcentagem mínima de pessoas negras. No entanto, o projeto sequer chegou a ser elaborado. Já nos anos 1980, o deputado federal Abdias Nascimento propôs um projeto de lei que previa a reserva de vagas para pessoas negras no serviço público, tanto para homens quanto para mulheres. Mais uma vez, a proposta foi rejeitada, mas as discussões sobre o tema continuaram avançando. Em 1984, ocorreu um dos primeiros movimentos de reconhecimento da história negra no país, com o decreto que declarou a Serra da Barriga, antigo Quilombo dos Palmares, como patrimônio histórico brasileiro.

Em 1988, foram estabelecidas na Constituição, leis que protegem o mercado de trabalho para as mulheres, além de reservas de cargos e empregos no setor público para pessoas com deficiência. Em 1995, o Estado brasileiro criou o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), com o objetivo de implementar as diretrizes da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil em 1968. Embora o país tivesse assumido o compromisso de reduzir as desigualdades, até então não havia cumprido integralmente essas obrigações, o que motivou uma denúncia apresentada pela CUT e pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) em 1995. O grupo foi instituído justamente para definir programas e ações voltados ao combate da discriminação no emprego e na ocupação.

Em maio de 1996, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos PNDH, pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece como objetivo, dentre outras coisas, “desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva” (Brasil, 1996, p.30).

De acordo com Moehlecke (2002), o ensino superior brasileiro, foi possuir a sua primeira lei de cotas no estado do Rio de Janeiro, e já seria aplicada no processo seletivo de 2002/2003. Essa legislação determinava que 50% das vagas oferecidas fossem destinadas a estudantes de escolas públicas selecionadas pelo Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE). Além disso, foi aprovada uma lei que reservava 40% das vagas para alunos pretos e pardos. No Paraná, o governo estadual também regulamentou uma política de cotas, garantindo três vagas, em cada uma das cinco universidades estaduais, para membros das comunidades indígenas da região, medida que também deveria entrar em vigor em 2002.

Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, que determina que as universidades federais devem reservar 50% de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com subdivisões baseadas em critérios étnicos e socioeconômicos, como renda familiar. A aprovação da lei foi fortemente influenciada pela pressão de movimentos estudantis, movimentos negros, movimentos indígenas e outros grupos sociais, além das experiências já realizadas em instituições como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB). A legislação estabeleceu que, já em 2013, ao menos 25% das vagas deveriam ser destinadas à política de cotas, prevendo-se a ampliação gradual até atingir os 50% obrigatórios em 2016.

A lei de cotas enfrentou e ainda enfrenta diversos desafios para sua implementação e efetivação. Um dos principais debates surgiu a partir do argumento de que as cotas gerariam uma suposta injustiça em relação à população branca, ao excluí-la do processo seletivo, além da ideia de que a presença de estudantes cotistas reduziria a qualidade do ensino superior.

A autodeclaração étnica também se tornou alvo de controvérsias, já que algumas pessoas tentavam se passar por grupos raciais contemplados pela lei, o que levou à criação das comissões de heteroidentificação. Além disso, apesar de ampliarem o acesso, as cotas não solucionaram questões sociais mais profundas, como a baixa renda das famílias brasileiras. Muitos estudantes, mesmo após conquistarem a vaga, enfrentavam dificuldades para se manter nas cidades onde se localizavam as universidades, o que resultava em evasão ou na necessidade de conciliar estudos com trabalho para garantir sua permanência.

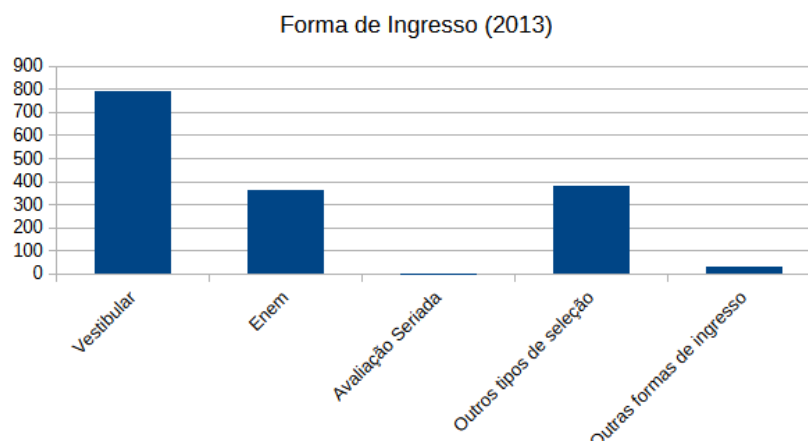
Outro grande problema que as cotas enfrentam é as desigualdades regionais, pois de acordo com a lei, a quantidade de cotas fornecidas depende da proporção da população preta, indígena e parda do estado, o que fazia com que algumas universidades tenham menos vagas disponíveis, empurrando alunos para universidades de qualidade inferior. Outro grave problema enfrentado até hoje é o argumento de que os cotistas são menos capazes de entrar e continuar nas universidades, devido ao “facilitamento” proporcionado pelas cotas.

CAPÍTULO 3: FORMA DE INGRESSO:

3.1: Processos Seletivos:

2013:

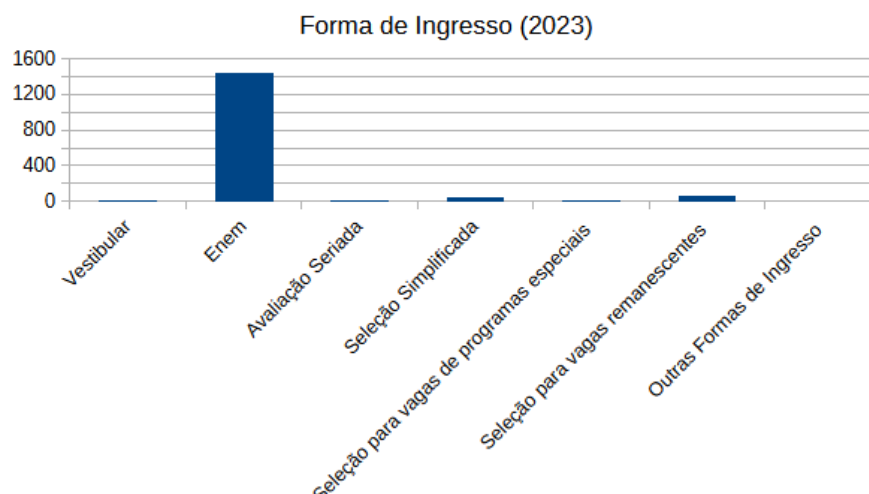
O ano de 2013 foi muito importante para a democratização da educação na UFSJ, pois marcou a realização do SISU pela primeira vez na instituição. Até então, a principal forma de ingresso era o vestibular tradicional. A mudança foi significativa porque unificou os processos de seleção nas universidades federais de todo o país. Antes disso, cada vestibular era elaborado, aplicado e corrigido pela própria universidade, o que obrigava muitos estudantes a realizar diversas provas para tentar ingressar no ensino superior. Isso aumentava os custos de deslocamento, já que as provas aconteciam em locais diferentes, e também os custos de inscrição, que eram cobrados individualmente por cada instituição.

Gráfico 1: Forma de Ingresso no ano de 2013

Observa-se, no gráfico 1, que o ano de 2013, embora tenha marcado a primeira implementação do SISU na UFSJ, apresentou uma participação significativa dos estudantes. Mesmo assim, o sistema ainda não foi o principal meio de ingresso, ficando atrás do vestibular tradicional e de outros processos seletivos, mas superando a avaliação seriada, que consistia em provas aplicadas ao final de cada série do ensino médio e cuja nota final determinava a aprovação do candidato.

Apesar do uso expressivo do ENEM, nota-se que muitos estudantes ainda preferiram o vestibular como forma de acesso, algo comum no primeiro ano de vigência de novas políticas, já que parte da população pode não ter percebido que o ENEM foi criado para ampliar as oportunidades de ingresso no ensino superior por meio de um sistema unificado. Essa dificuldade de acesso à informação afeta principalmente alunos de baixa renda, que têm menos contato com meios de comunicação que discutem e divulgam essas políticas, o que pode limitar seu acesso à educação superior.

2023:

Gráfico 2: Forma de Ingresso no ano de 2023

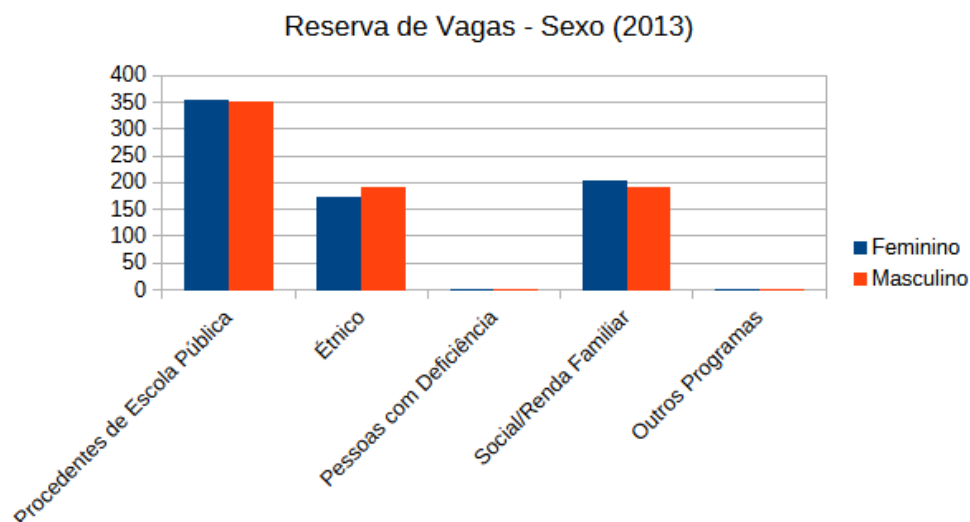
No ano de 2023, observa-se que o ENEM se tornou o principal e praticamente o único meio de ingresso na UFSJ. Nota-se também que o vestibular deixou de ser utilizado, assim como a avaliação seriada. Além disso, surgiram dois novos processos de seleção: a seleção simplificada e a seleção para vagas remanescentes. O aumento do uso do ENEM pode ser explicado pelo fato de que, mesmo após o fim dos vestibulares tradicionais, as campanhas de conscientização e divulgação reforçaram a confiança da população nas novas políticas de acesso.

O exame ampliou significativamente as oportunidades para estudantes de baixa renda, ao permitir que concorressem a vagas em universidades de todo o país sem a necessidade de realizar diversas provas presenciais e sem arcar com altos custos de deslocamento.

3.2: Reserva de Vagas:

2013:

O ano de 2013, além de ser o primeiro ano do SISU na UFSJ, também foi o ano em que marcou o início da adesão do sistema de cotas, que havia sido estabelecido como lei em agosto de 2012, obrigando as universidades federais brasileiras a reservarem 50% de suas vagas de cada curso oferecido para pessoas provenientes de escolas públicas, etnias (Pretos, Pardos, Indígenas e Pessoas com Deficiência).

Gráfico 3: Reserva de Vagas por Sexo no ano de 2013

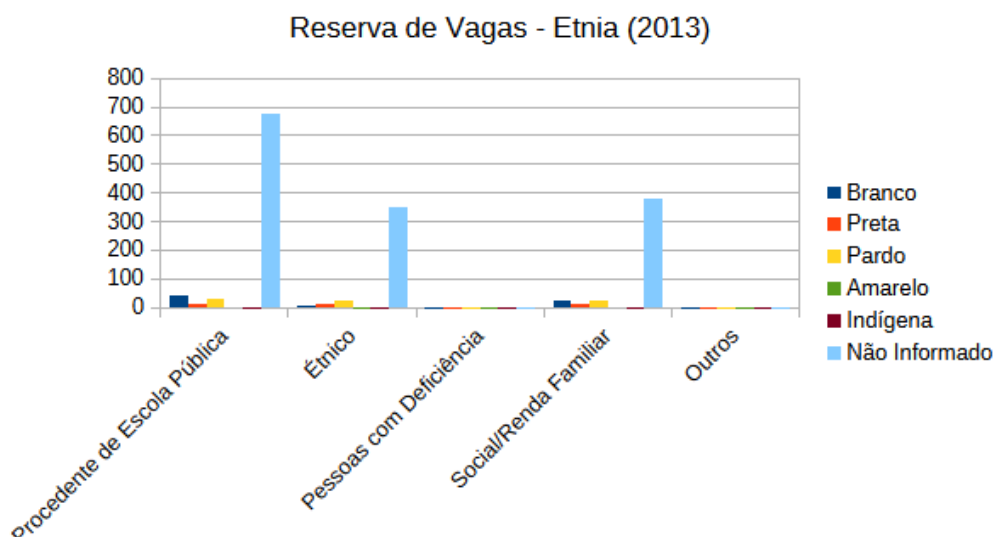
O gráfico 3 apresenta o perfil dos ingressantes cotistas da UFSJ no ano de 2013. Com base nos dados, percebe-se que o principal grupo beneficiado pelas cotas é composto por estudantes oriundos de escolas públicas, seguido pelas categorias relacionadas à situação social e renda familiar e, posteriormente, pelo recorte étnico. É importante destacar que muitos estudantes podem se enquadrar simultaneamente em mais de um tipo de cota. Observa-se também que a distribuição por gênero entre os cotistas é bastante equilibrada, com números semelhantes de alunos que se identificam como masculino ou feminino. Vale considerar, ainda, que em 2013 as políticas de cotas não incluíam a comunidade LGBTQIA+.

Outro aspecto que pode ser observado é a diferença no uso das categorias de cotas. Como o sistema havia sido recém-implementado, sua utilização foi menor do que o esperado, muitas vezes devido à falta de informação, à dificuldade de acesso a meios de comunicação e até mesmo ao medo ou insegurança dos candidatos.

Nota-se que as cotas que envolvem informações mais sensíveis, como renda familiar e pertencimento étnico, sofreram maior resistência, o que leva algumas pessoas a questionarem sua eficácia e a tirarem conclusões precipitadas. Apesar disso, a categoria destinada a estudantes provenientes de escolas públicas foi amplamente utilizada, o que indica que o ENEM e o SISU já começam a cumprir

parte de seu objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 4: Reserva de Vagas por Etnia no ano de 2013



Com base nos dados do INEP, é necessário remover 65 alunos do total, pois são alunos do IF Sudeste e durante a produção do gráfico 4, percebemos que o censo mistura os dados do IF Sudeste aos dados da UFSJ, impossibilitando a remoção precisa, pois os dados dos alunos do IF não são tabelados por etnia, apenas por gênero, mas é possível a remoção com base em seus gêneros. Sendo assim, seriam necessários a remoção de alunos das seguintes categorias: Procedentes de escolas públicas, Étnico e Social/Renda Familiar, apesar dessa possibilidade, não houve a remoção desses alunos pois os IF's utilizam o sistema do ENEM e do SISU para a avaliação e inscrição de seus alunos.

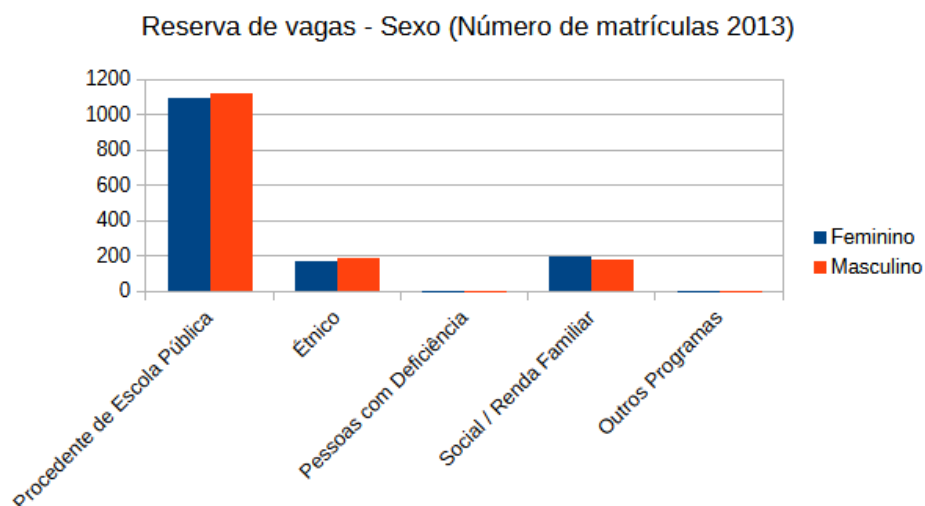
O gráfico 4 mostra a etnia dos ingressantes na UFSJ também para o ano de 2013, a partir dele observa-se que mesmo as políticas de cotas terem sido criadas com o intuito de aumentar o número de minorias nas universidades, os que mais se utilizaram dessas políticas no ano de 2013 foram os brancos. Vale esclarecer que, isso não se trata de uma crítica, visto que todos que se enquadram no perfil das cotas podem e devem utilizá-las, além de que como foi citado anteriormente, muitas pessoas optam por não informar sua etnia, por desinformação ou medo, criando assim o elemento que mais se destaca no gráfico, o 'Não informado', desinformação

essa que é necessário combater através de políticas para democratizar o acesso às universidades, além da criação de políticas que visam criar o sentimento de pertencimento para determinadas etnias sem o julgamento alheio, sejam eles brancos, pardos, pretos, indígenas ou amarelos.

A segunda etnia que mais se utilizou das cotas foram os pardos, que há muitos anos são uma das etnias que mais crescem no Brasil (IBGE, 2022), destaca-se também a falta de Pessoas com Deficiência (PCD) e dos Indígenas, que não passa de um reflexo da exclusão dessas pessoas da vida social e acadêmica. Através dos dois gráficos mostrados, percebe-se um paralelo, o de que apesar de as pessoas utilizarem as cotas, ainda há uma falta de informações em relação a sua etnia, isso pode ser explicado pelo fato de que muitas pessoas não sabem responder como se identificam, além disso, também é possível que muitas pessoas tenham receio de responder o que acham, pois, em alguns casos, as universidades realizam avaliações étnico-raciais, e caso o estudante não seja aprovado ele pode perder a vaga, avaliações essas que são realizadas pela comissão de heteroidentificação, que na UFSJ foi estabelecida no ano de 2019, e busca identificar possíveis infratores das políticas de cotas, de acordo com o site do GOV, o procedimento de heteroidentificação, ocorre através da identificação por terceiros sobre a autodeclaração realizada por quem optou por concorrer às vagas reservadas, sendo realizada telepresencialmente, com o candidato podendo ser convocado para uma conferência presencial de sua autodeclaração, e caso não haja o comparecimento o candidato é automaticamente excluído do processo seletivo, algumas características levadas em conta pela banca examinadora são: o formato dos olhos, a tonalidade da pele, a cor e a textura do cabelo, entre outros, características presentes no fenótipo, fenótipo esse determinado pelo próprio IBGE, que diz, “o conceito de fenótipo está relacionado com as características externas, morfológicas e fisiológicas dos indivíduos”.

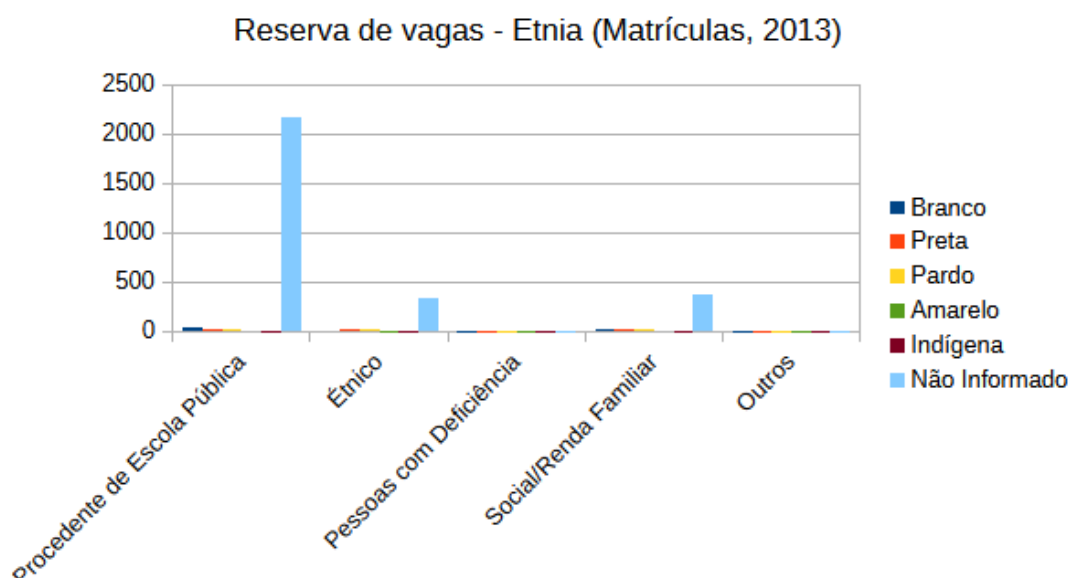
3.3: Matrículas (2013 - 2023):

Gráfico 5: Nº de matrículas - Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2013



O gráfico 5 tem como objetivo demonstrar as matrículas realizadas no ano de 2013 em relação às cotas. Constata-se que a UFSJ recebeu mais alunos cotistas provenientes de Escolas Públicas do que alunos que declararam sua Raça/Cor e sua Renda Familiar, nota-se também que como nos ingressantes, a proporção em relação ao gênero é quase a mesma, havendo pouca disparidade entre elas. Conforme falado anteriormente, também verifica-se a falta de PCDs, isso pode ser relacionado pela exclusão dessas pessoas, assim como uma falta de conhecimento em relação a deficiências que eram pouco debatidas e estudadas na época. Percebemos, também, que a discrepância entre as matrículas entre alunos provenientes de escolas públicas e as cotas em relação a etnia e renda familiar era muito grande, principalmente em relação ao perfil étnico.

Gráfico 6: Nº de matrículas - Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2013



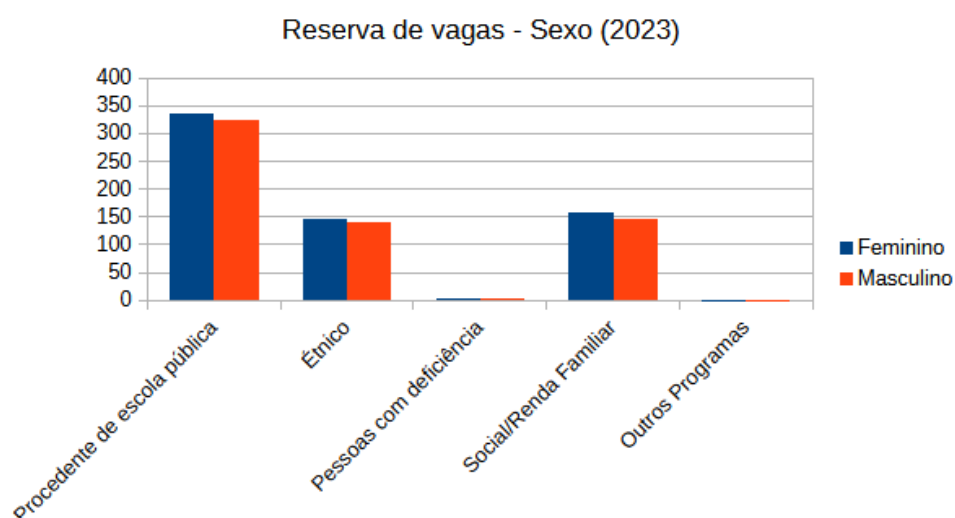
Assim, conforme já relatado, em relação ao gráfico 4, deve-se retirar 44 alunos do gráfico 6, pois também fazem parte do IF Sudeste, levando em conta os seguintes aspectos: Procedente de Escolas Públicas, Etnia e Social/Renda Familiar, pois também não possuem diferenciação por etnia, o que impossibilita a remoção de tais alunos.

O gráfico 6 representa a etnia dos alunos matriculados na UFSJ, assim como a maioria dos dados coletados da época, confirma-se a falta de informação em relação a etnia e renda familiar, que como citado, deve-se muito a falta de informação e talvez a um certo medo de compartilhar informações pessoais. Verifica-se, também, que assim como nos ingressantes, os brancos foram os que mais utilizaram-se das cotas, isso pode ser explicado pois apesar de serem considerados 'privilegiados', nem todas as pessoas possuem contextos econômicos e sociais iguais, muitos brancos vivem em favelas e estudam em escolas públicas, transformando-os em candidatos a vagas por cotas. Os brancos são seguidos pelos pretos e pardos, que também possuem contextos históricos sociais diferentes, mas apesar disso ainda podem utilizar as cotas para ingresso, por último destaca-se também a falta da comunidade indígena e amarela, lembrando suas histórias de anos de exclusão por parte do povo brasileiro e seu governo, principalmente dos

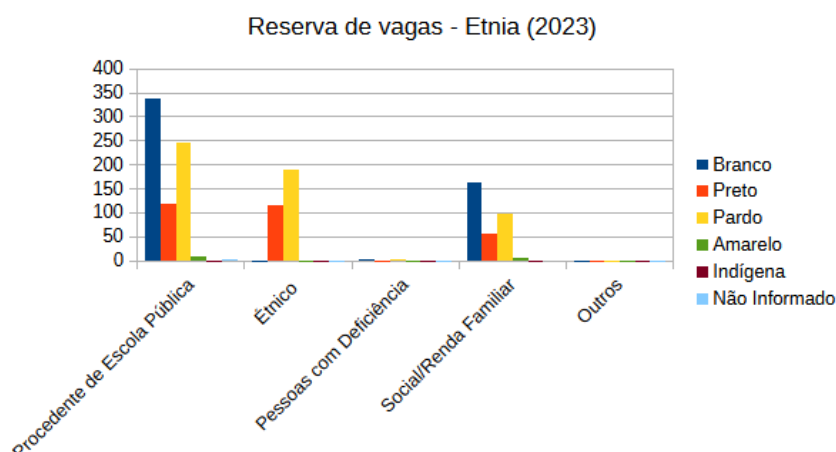
povos indígenas, que passaram centenas de anos sendo excluídos da sociedade brasileira, visto que eram considerados selvagens.

2023:

Gráfico 7: Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2023



Para o ano de 2023, a UFSJ continua com o mesmo perfil dos alunos em relação a Reserva de vagas - Etnia do que o ano de 2013, com a maioria dos alunos cotistas utilizando as cotas de alunos procedentes de escolas públicas, seguidos por Social/Renda Familiar e depois Étnico. Nota-se, também, a quantidade de estudantes do sexo feminino, que passou a ser maior do que o sexo masculino. Através do gráfico, percebe-se que, apesar de pouco, houve um aumento na quantidade de alunos PCDs, o que pode refletir uma melhora na situação social dessa classe, assim como a melhora de políticas públicas representativas e também de acesso à informação e melhoria de infraestrutura pelo poder público.

Gráfico 8: Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2023

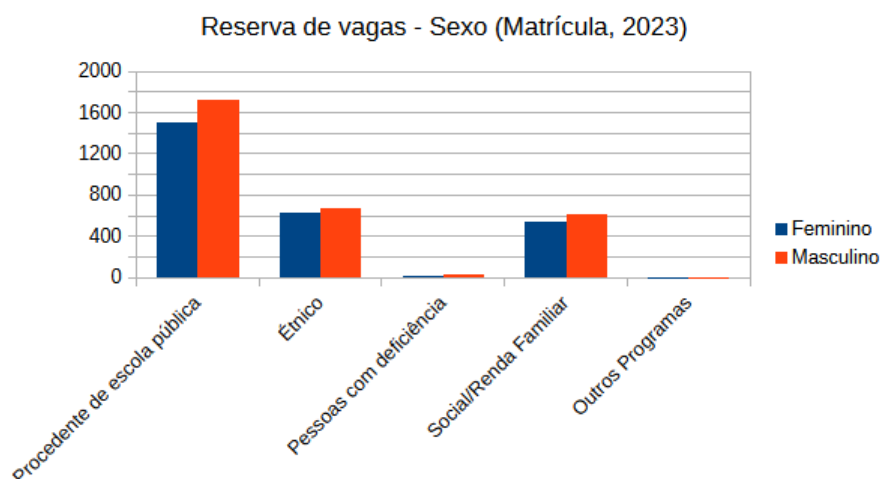
Com os dados coletados pelo Censo da Educação Superior do INEP, foi elaborado o gráfico 8, que apresenta a etnia dos ingressantes que utilizaram as cotas no ano de 2023. Devido à falta de detalhamento nas informações, foi necessária a remoção de 55 estudantes provenientes do IF Sudeste, pois não havia registro de classificação por etnia, sendo possível excluí-los apenas com base no gênero e nos atributos Procedente de Escola Pública, Pessoa com Deficiência, Social/Renda Familiar e Etnia. Ainda assim, observa-se que, entre os cotistas, a maior parte é composta por pessoas brancas, seguida pelos pardos e, posteriormente, pelos pretos.

Verifica-se também uma melhora significativa na qualidade das informações referentes à etnia e renda, com um número maior de pessoas utilizando as políticas de cotas nesses dois critérios. Esse aumento pode estar relacionado à ampliação do acesso à informação entre a população de baixa renda e às políticas públicas de conscientização promovidas pelo governo. Com base no gráfico, observa-se ainda o crescimento da presença de pessoas pardas entre os ingressantes. Embora os dados não representem todo o território brasileiro, eles indicam uma tendência semelhante à apontada pelo Censo do IBGE, que identificou que a população parda passou a constituir a maioria no país.

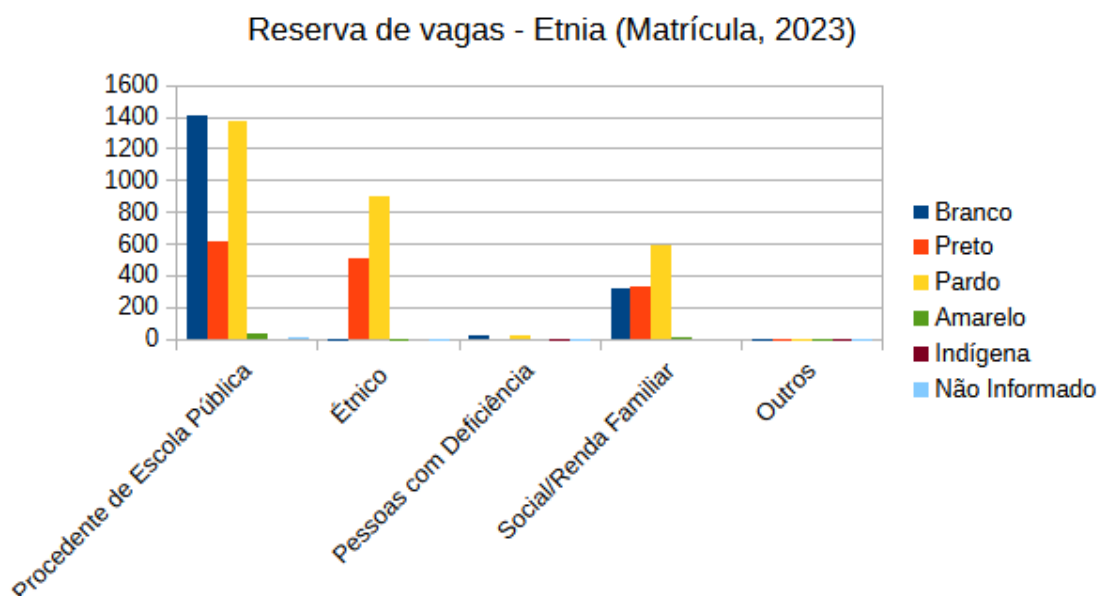
Observa-se também o aumento de alunos descendentes de asiáticos, que não se enquadram nas cotas étnicas, mas podem adentrar nas cotas de alunos Provenientes de Escolas Públicas e Social/Renda Familiar, tendo em vista que o Brasil é o país o que mais possui descendentes de japoneses no mundo, de acordo com o site da Embaixada Japonesa no Brasil, o país possui cerca de 2 milhões de

descendentes de japoneses residindo no Brasil, e cerca de 200 mil morando no Japão, o que faz o Brasil ser o país com a maior comunidade nikkei (Descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou japoneses que vivem no exterior) do mundo.

Gráfico 9: Matrículas - Reserva de Vagas por Sexo para o ano de 2023



Em relação às matrículas, o ano de 2023 segue o mesmo padrão dos ingressantes com cotas do ano de 2013, com a maioria dos alunos utilizando as cotas de alunos Procedentes de Escolas Públicas, e as cotas étnicas passaram a ser a segunda categoria mais utilizada. Nota-se, também, que houve um aumento na quantidade de pessoas PCDs, apesar de ser baixo, verifica-se de diferente em relação aos ingressantes é a diferença entre sexos, com o sexo feminino diminuindo bastante a quantidade de matrículas, em comparação aos ingressantes de 2023, mas pode-se afirmar que o número de ingressantes e matriculados na UFSJ são parelhos.

Gráfico 10: Matrículas - Reserva de Vagas por Etnia para o ano de 2023

Para falarmos da etnia nas matrículas pela UFSJ, foi produzido o gráfico 10, pelos mesmos motivos de outros gráficos que foram apresentados nesse projeto, devem ser removidos 234 alunos, mas não é possível devido à falta de clareza dos dados coletados na pesquisa da educação superior realizada pelo INEP.

Com base no gráfico 10, observa-se que um número expressivo de pessoas utilizou as cotas. Nota-se que, após dez anos de implementação da Lei de Cotas e da adesão ao SISU, a maior parte dos matriculados na UFSJ pertence à etnia parda, seguida pela branca e, posteriormente, pela preta. Esse fenômeno está relacionado aos processos já mencionados ao longo do texto, que ocorreram ao longo da década, como a maior aceitação social do sistema de cotas, a ampliação do acesso à informação, alguns avanços no sistema educacional e outros fatores políticos e sociais que contribuíram para o fortalecimento das políticas de inclusão no ensino superior.

Apesar do aumento no número de estudantes de diferentes etnias, as universidades brasileiras ainda possuem, em sua maioria, alunos brancos. Nesse contexto, o sistema de cotas deve seguir existindo e sendo continuamente fortalecido, sobretudo porque ainda enfrenta resistência, ataques e questionamentos que geram dúvidas sobre sua efetividade. Embora esta pesquisa indique avanços na composição demográfica do corpo discente da UFSJ, os dados obtidos por meio

do Censo da Educação Superior e do portal FalaBr revelam desafios importantes na produção de informações sobre políticas públicas.

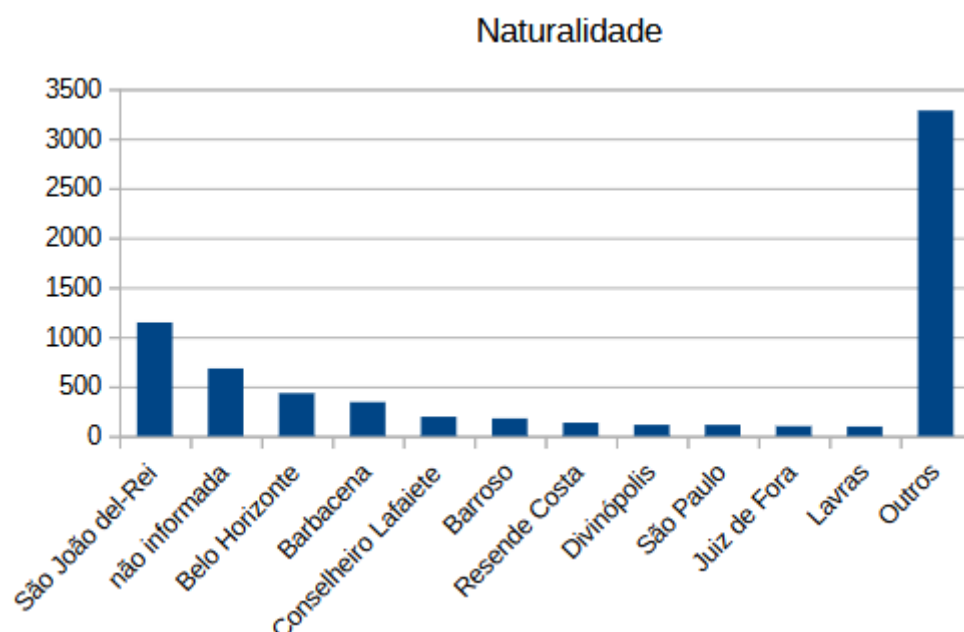
Entre esses desafios estão a falta de organização dos bancos de dados, a insuficiência de apoio governamental para a geração de informações precisas, a ausência de políticas voltadas ao combate à desinformação, a descontinuidade administrativa entre governos, o racismo estrutural e a carência de políticas de inclusão e de mecanismos de autodeclaração mais eficientes. Ainda assim, observa-se que o Brasil tem passado por transformações significativas, positivas e negativas, e que é essencial continuar apoiando, ampliando e criando políticas que combatam o preconceito velado em nossa sociedade, a fim de construir um país menos desigual para todas as etnias que o compõem.

CAPÍTULO 4: TOTAL:

A seguir abordaremos os alunos em sua totalidade nos *campi* sede da UFSJ, os gráficos a seguir foram produzidos através de dados fornecidos pela própria instituição, através da plataforma FalaBr.

4.1: Naturalidade:

Gráfico 11: Naturalidade dos alunos (Total)



O Gráfico 11 apresenta o município de origem dos estudantes da UFSJ em 2024. Nota-se que a maior parte dos discentes provém de municípios que não estão entre os oito destacados no gráfico, razão pela qual esses locais não foram detalhados devido ao grande número de cidades e ao baixo quantitativo individual de alunos. Ainda assim, observa-se uma forte concentração de estudantes oriundos da Região Sudeste, especialmente de Minas Gerais.

Outro aspecto relevante é o número de alunos que não informaram seus municípios de origem. Entre aqueles que declararam, destaca-se que São João del-Rei é o município que mais envia estudantes para a UFSJ, seguido por Belo Horizonte e Barbacena, cidades próximas e integradas regionalmente.

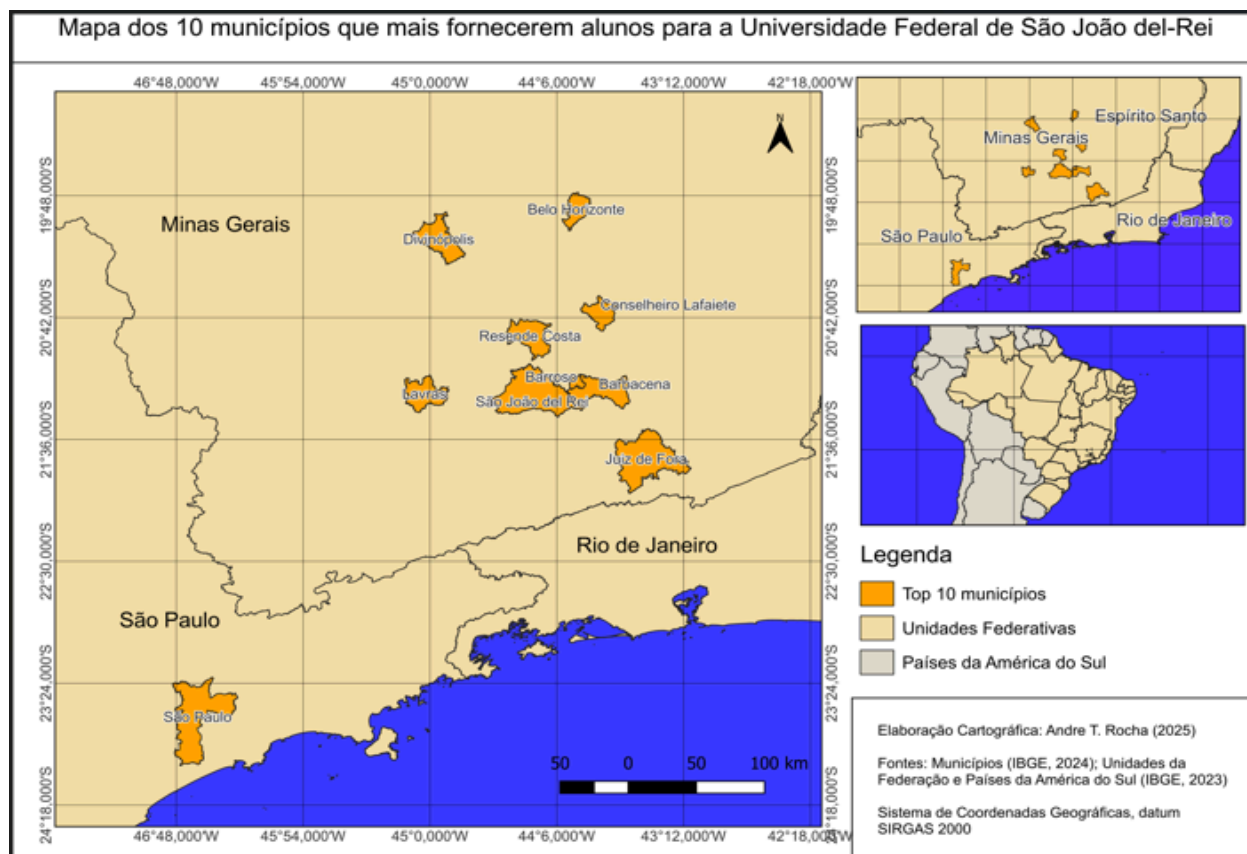
A predominância de alunos de municípios vizinhos pode ser explicada pela escassez de instituições de ensino superior nesses locais, além de que, de acordo com o IBGE, São João del-Rei é classificado como um centro sub-regional, ou seja ele é um município que centraliza serviços que não estão disponíveis ou são escassos, em municípios vizinhos, como por exemplo: Ensino Superior, Saúde, Comércio, entre outros, serviços esses que são mais facilmente achados em São João del-Rei, o que direciona os estudantes para universidades federais da região, como a UFSJ, UFLA, UFJF e UFMG. Tais instituições se consolidam como pólos de atração devido à sua proximidade geográfica, à qualidade acadêmica e ao reconhecimento nacional e internacional, figurando entre as melhores universidades do Brasil e da América Latina segundo o *Center for World University Rankings* (CWUR, 2025).

Embora não apareça representado no gráfico, verificou-se que a UFSJ possui estudantes provenientes de todas as regiões do Brasil, desde o Norte até o Sul. Um dado que chama atenção é a presença significativa de alunos oriundos do município de São Paulo. Apesar da distância geográfica e da ampla oferta de instituições de ensino superior, muitas delas consideradas melhores que a UFSJ em determinados *rankings*, o município ainda figura entre os principais fornecedores de estudantes para a universidade.

Esse fenômeno evidencia, entre outros fatores, a capacidade de mobilidade e de recursos dos estudantes paulistas, que conseguem se deslocar para outros estados para ingressar na instituição. Também não foi possível identificar, com os dados disponíveis, a quantidade de estudantes cotistas por município, o que limita

análises mais aprofundadas sobre a distribuição territorial das políticas de ação afirmativa.

Mapa 1: Mapa dos 10 municípios que mais forneceram alunos para a Universidade Federal de São João del-Rei



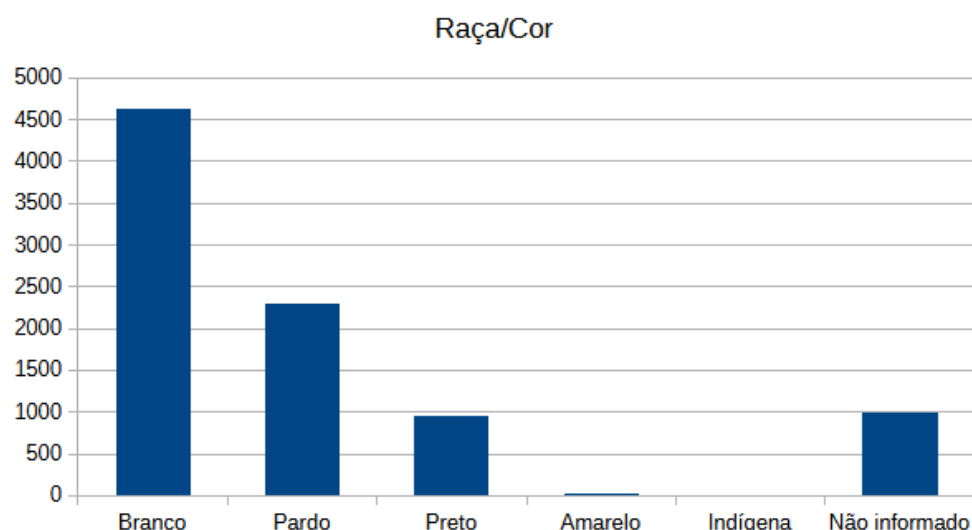
No mapa acima podemos ver os 10 municípios que mais disponibilizaram alunos para a UFSJ, como podemos perceber, 9 dos 10 municípios mais presentes são do estado de Minas Gerais, e a grande maioria desses municípios são próximos aos *campi* da UFSJ. Nota-se que o município de Divinópolis, embora possua um dos campi da universidade, também figura entre os principais municípios de origem dos estudantes que ingressam nos campi-sede da UFSJ. A partir do mapa, é possível perceber que a instituição deixou de ter um foco estritamente regional, passando a atender estudantes de diferentes localidades do país. Esse aspecto reforça seu caráter de universidade de alcance nacional.

Destaca-se ainda a presença significativa de alunos provenientes do estado de São Paulo, que, mesmo possuindo acesso a diversas instituições consideradas de excelência, como UNESP, USP e UNICAMP, optam pela UFSJ. Esse movimento revela a capacidade de atração da universidade e indica que a UFSJ conquista

relevância no cenário nacional, ainda que não disponha do mesmo nível de investimento das instituições mencionadas.

4.2: Raça/Cor:

Gráfico 12: Raça/Cor dos alunos da UFSJ



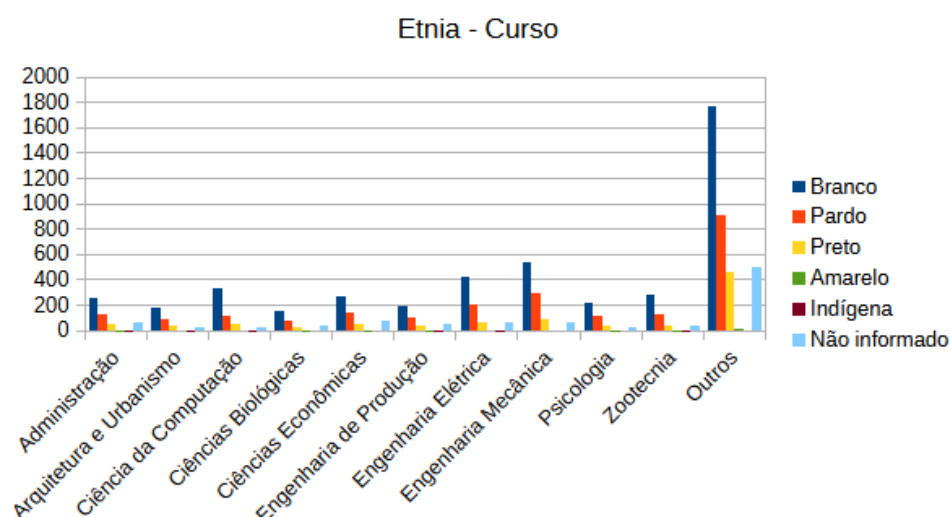
O gráfico 12 apresenta o total de alunos da UFSJ por raça ou cor. Observa-se que a principal etnia presente na universidade é a branca, seguida pelos pardos e pelos pretos, o que reflete os efeitos de processos históricos de exclusão que marcaram profundamente a população negra e indígena no Brasil. Não foi possível realizar uma comparação entre os anos de 2013 e 2023, pois não há dados referentes ao ano de 2013. Percebe-se também a baixa presença de estudantes indígenas, que apresentam ainda menos representatividade do que os descendentes de asiáticos, configurando-se como o grupo menos representado na UFSJ.

É importante destacar que a população indígena brasileira corresponde a menos de 1% da população total do país, o que contribui para sua reduzida participação no ensino superior (IBGE, 2022). Ainda assim, constata-se que esses povos continuam enfrentando processos de exclusão que dificultam seu acesso e permanência na vida acadêmica e social brasileira.

Observa-se também que apesar de serem a segunda etnia que mais se destaca na UFSJ, os pardos são uma das etnias que mais crescem no Brasil, de acordo com o censo de 2022 do IBGE. Os pardos assumiram a 1ª colocação em relação a população brasileira desde 1991, ou seja, a população brasileira está aumentando sua miscigenação, sejam elas a mistura de pretos, brancos ou indígenas, assim como também está sendo incentivado a valorização de cada identidade racial, seja ela por meio de movimentos sociais ou pela conscientização pública da história da etnia parda.

4.3: Raça/Cor - Curso:

Gráfico 13: Etnia por curso dos alunos da UFSJ



O gráfico 13 apresenta os dez principais cursos dos *campi* sede da UFSJ, divididos por etnia. Observa-se que, mais uma vez, a principal etnia presente nesses e em outros cursos é a branca, seguida pelos pardos e pelos pretos. Nota-se também que, em alguns cursos, a população indígena não está representada, como é o caso de Ciência da Computação e Engenharia de Produção. Verifica-se ainda que, em todos os cursos dos *campi* sede, há mais estudantes descendentes de imigrantes asiáticos do que de povos originários brasileiros.

Outro aspecto relevante é a quantidade de alunos que optam por não informar sua etnia, categoria que aparece de forma destacada nos principais cursos

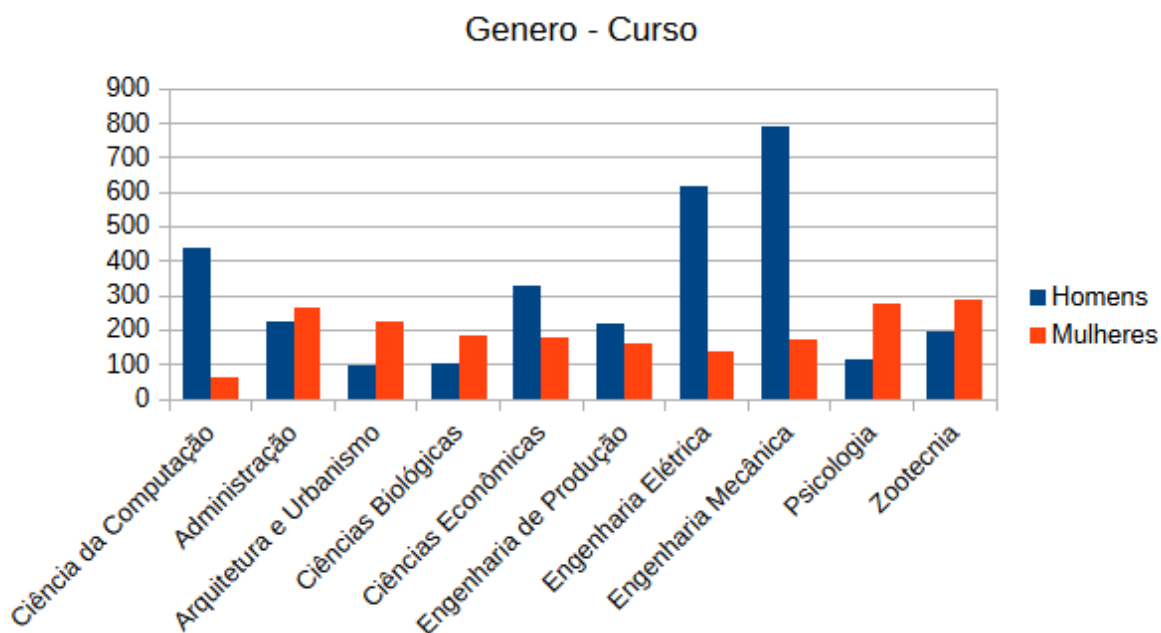
e que se torna expressiva também no conjunto dos demais cursos da UFSJ, chegando inclusive a superar a quantidade de estudantes que se declaram pretos.

Percebe-se que a etnia branca aparece com grande vantagem em relação às demais em todos os cursos analisados. Em áreas como Ciência da Computação, por exemplo, o número de estudantes que se declaram brancos é mais que o dobro do número de estudantes pardos, chegando a ser quase o triplo do número de estudantes pretos.

Outro aspecto relevante é observado no curso de Engenharia Mecânica, no qual as duas principais etnias presentes são a branca e a parda, ambas superando a população preta por mais do que o dobro. A partir dos dados divulgados pela UFSJ no portal do FalaBr, registra-se que apenas doze estudantes se autodeclaram indígenas, enquanto quatro mil seiscentos e vinte e sete estudantes se declaram brancos, dois mil novecentos e noventa e nove se declaram pardos, novecentos e quarenta e sete se declaram pretos e dezessete se identificam como amarelos.

4.4: Gênero - Curso:

Gráfico 14: Gênero por curso dos alunos da UFSJ



O gráfico 14 apresenta um levantamento sobre os gêneros nos dez principais cursos da UFSJ. A partir dele, é possível identificar quais cursos possuem maior presença feminina e quais concentram maior número de estudantes do sexo masculino. Nota-se que, entre os dez cursos destacados, há um equilíbrio na distribuição, com cinco cursos predominado por mulheres e cinco predominado por homens.

Observa-se também que alguns cursos apresentam diferenças muito expressivas entre os gêneros, como Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Ciência da Computação, que possuem mais do que o dobro de estudantes do sexo masculino em comparação às estudantes do sexo feminino.

Em sentido oposto, percebe-se que, embora o sexo feminino lidere cinco dos principais cursos, essa diferença não é tão acentuada quanto a observada nos cursos já mencionados. O gráfico 15 apresenta o total de estudantes por gênero na UFSJ e revela que o gênero mais presente na instituição é o masculino, com quatro mil seiscentos e oitenta e oito estudantes, enquanto o sexo feminino conta com três mil novecentos e setenta e oito estudantes.

Gráfico 15: Gênero dos alunos da UFSJ (Total)

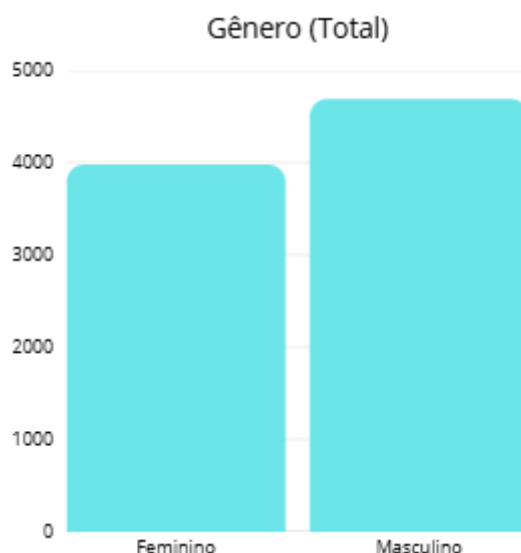
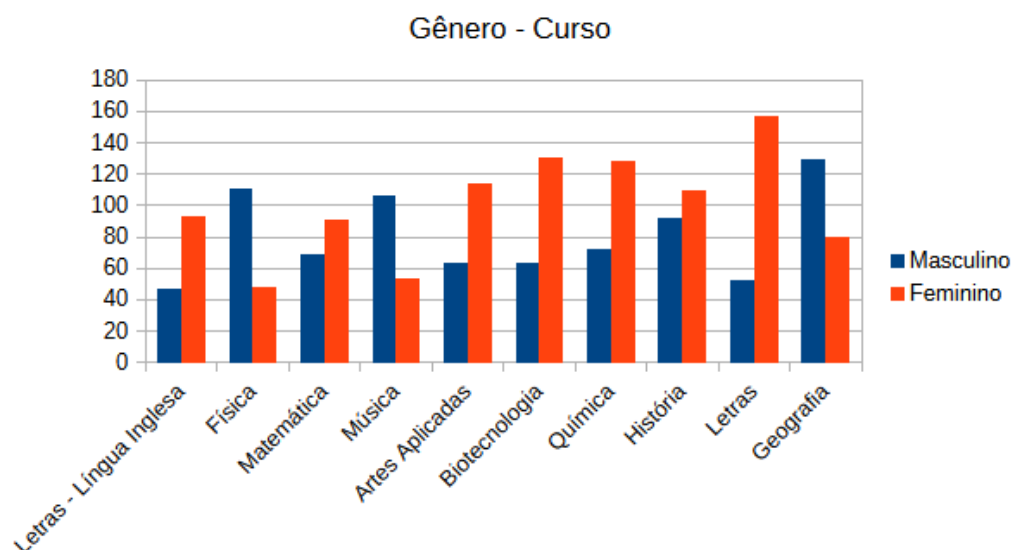


Gráfico 16: Gênero por curso dos alunos da UFSJ

O gráfico 16 apresenta os dez cursos menos procurados na UFSJ e revela que o gênero feminino é o mais presente na maioria deles, ocupando sete dos dez cursos listados. Nesse caso, observa-se que, em alguns cursos, a presença feminina chega a ser o dobro da presença masculina.

A partir da comparação entre os gráficos, identifica-se um padrão interessante: cursos que envolvem predominantemente atividades de escritório ou trabalho de campo tendem a atrair maior número de estudantes do sexo masculino, enquanto cursos voltados para atividades em sala de aula concentram maior participação feminina.

Nota-se também que muitas áreas com predominância do sexo feminino estão relacionadas à educação, como Geografia, História, Letras e Química. Apesar dessa predominância, não é possível afirmar que todos os estudantes desses cursos seguirão à docência, pois cada área oferece tanto a formação em Licenciatura quanto em Bacharelado, e os dados disponíveis não apresentam a distribuição dos alunos entre essas duas modalidades. Essa ausência de distinção limita a análise sobre o tipo de atuação profissional que esses estudantes exercerão.

CAPÍTULO 5: TOTAL POR CAMPI:

Neste capítulo abordaremos os dados fornecidos através das Leis de Acesso à Informação, mas a partir de tabelas produzidas pelo Professor Márcio Roberto Toledo, para cada um dos *campi* presentes na cidade de São João del-Rei.

5.1: Campus Tancredo Neves (CTAN):

Tabela 1:

Estado	Branco	Pardo	Preto	Não informado	Amarelo	Indígena	Total
MG	4.326 (71.2%)	1.227 (20.2%)	426 (7.0%)	81 (1.3%)	15 (0.2%)	4 (0.1%)	6.079
SP	301 (75.7%)	62 (15.6%)	23 (5.8%)	11 (2.8%)	1 (0.3%)	0 (0.0%)	398
RJ	131 (76.6%)	29 (17.0%)	6 (3.5%)	5 (2.9%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	171
ES	50 (86.2%)	4 (6.9%)	1 (1.7%)	0 (0.0%)	3 (5.2%)	0 (0.0%)	58
Outros	39 (92.9%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (4.8%)	1 (2.4%)	42

A Tabela 1 tem o objetivo de apresentar os principais municípios de origem dos estudantes do Campus Tancredo Neves (CTAN). A partir dos dados, percebe-se que o estado que mais envia estudantes ao *campus* é Minas Gerais. Observa-se também que outros estados contribuem para a composição do corpo discente da UFSJ, embora em menor proporção.

A maioria dos estudantes do *campus* é oriunda dos quatro estados da região Sudeste, enquanto apenas quarenta e dois alunos são provenientes das demais regiões do país. Nota-se ainda que, apesar da pequena diversidade de estados representados na tabela, a maior parte dos estudantes de todos eles se identifica com a etnia branca, seguida pelas etnias parda e preta, que correspondem ao segundo e terceiro maiores grupos, respectivamente.

A única exceção é o estado do Espírito Santo, onde o segundo maior grupo é o de estudantes amarelos, descendentes de asiáticos. Outro aspecto relevante é a ausência de estudantes indígenas no *campus*.

Tabela 2:

Curso	Total	Branco	Pardo	Preto	Não inform.	Amarelo	Indígena
Administração	1.654	1.189 (71.9%)	323 (19.5%)	106 (6.4%)	36 (2.2%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Zootecnia	846	608 (71.9%)	179 (21.2%)	43 (5.1%)	16 (1.9%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Ciência da Computação	773	551 (71.3%)	170 (22.0%)	46 (5.9%)	6 (0.8%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Ciências Econômicas	768	521 (67.8%)	191 (24.9%)	50 (6.5%)	6 (0.8%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Arquitetura e Urbanismo	554	397 (71.7%)	126 (22.7%)	27 (4.9%)	4 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Comunicação Social - Jornalismo	328	244 (74.4%)	68 (20.7%)	13 (4.0%)	3 (0.9%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Artes Aplicadas	326	234 (71.8%)	79 (24.2%)	13 (4.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Teatro	317	230 (72.6%)	71 (22.4%)	13 (4.1%)	0 (0.0%)	3 (0.9%)	0 (0.0%)
Educação Física	283	197 (69.6%)	68 (24.0%)	16 (5.7%)	2 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)
Geografia	253	179 (70.8%)	62 (24.5%)	12 (4.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)

A Tabela 2 apresenta os dez cursos com maior número de ingressantes no CTAN, assim como a distribuição étnica desses estudantes. Observa-se que a etnia predominante entre os ingressantes é a branca, seguida pelas etnias parda e preta. Nota-se também que, em nenhum dos dez cursos, a proporção de estudantes pardos alcança 25% do total de ingressantes, enquanto a etnia preta não atinge 10%.

A situação torna-se ainda mais preocupante quando se analisam os estudantes indígenas, pois não há nenhum aluno que se declare indígena entre os ingressantes dos dez cursos mais procurados. Outro aspecto relevante é que oito desses cursos possuem mais de 70% de estudantes que se autodeclararam brancos, enquanto os outros dois apresentam percentuais superiores a 65% desse mesmo grupo.

Tabela 3:

Faixa Etária	Branco	Pardo	Preto	Não informado	Amarelo	Indígena
17-20 anos	2.156 (74.2%)	532 (18.3%)	185 (6.4%)	25 (0.9%)	7 (0.2%)	0 (0.0%)
21-25 anos	1.843 (70.8%)	526 (20.2%)	192 (7.4%)	34 (1.3%)	7 (0.3%)	1 (0.0%)
26-30 anos	548 (69.4%)	168 (21.3%)	58 (7.3%)	15 (1.9%)	1 (0.1%)	0 (0.0%)
31+ anos	300 (68.2%)	96 (21.8%)	21 (4.8%)	23 (5.2%)	6 (1.4%)	4 (0.9%)

A tabela 3 tem como objetivo nos mostrar a etnia e a faixa etária dos alunos do campus CTAN, nota-se que a principal etnia dessas faixas etárias é a branca, também seguida pelos pardos e pretos. Percebe-se que caso juntemos todas as etnias, com exceção dos brancos, elas ainda não representam nem 50% dos alunos

do *campus*, um dado importante de notar é o fato de que dos 5 alunos indígenas do *campus*, 4 estão na faixa etária dos 31+ anos.

Tabela 4:

Município	Estado	Total	Branco	Pardo	Preto	Não inform.
São João del-Rei	MG	1.847	1.323 (71.6%)	379 (20.5%)	125 (6.8%)	20 (1.1%)
Belo Horizonte	MG	421	306 (72.7%)	89 (21.1%)	22 (5.2%)	4 (1.0%)
Barbacena	MG	355	253 (71.3%)	77 (21.7%)	20 (5.6%)	5 (1.4%)
Conselheiro Lafaiete	MG	185	132 (71.4%)	42 (22.7%)	9 (4.9%)	2 (1.1%)
Juiz de Fora	MG	113	82 (72.6%)	22 (19.5%)	8 (7.1%)	1 (0.9%)
Divinópolis	MG	109	75 (68.8%)	26 (23.9%)	7 (6.4%)	1 (0.9%)
Barroso	MG	108	72 (66.7%)	28 (25.9%)	8 (7.4%)	0 (0.0%)
Lavras	MG	89	64 (71.9%)	18 (20.2%)	6 (6.7%)	1 (1.1%)
São Paulo	SP	80	61 (76.3%)	15 (18.8%)	3 (3.8%)	1 (1.3%)
Ouro Branco	MG	78	55 (70.5%)	18 (23.1%)	5 (6.4%)	0 (0.0%)

O objetivo da Tabela 4 é apresentar os dez principais municípios que fornecem estudantes para a UFSJ, juntamente com as etnias desses alunos. Observa-se que, em todos os municípios listados, a etnia predominante é a branca, representando mais de 65% do conjunto de estudantes.

Constatam-se também que os municípios que mais enviam alunos ao *campus* pertencem, em sua maioria, ao estado de Minas Gerais. Destaca-se ainda o município de São Paulo que, apesar da distância e da grande oferta de instituições de ensino superior, figura entre os principais fornecedores de estudantes. Em

contraste com essa realidade, os outros oito municípios presentes na tabela são localidades próximas a São João del-Rei.

Ressalta-se também o próprio município de São João del-Rei que, por ser a sede da universidade, aparece como o maior fornecedor de alunos, seguido por Belo Horizonte que, mesmo sendo uma capital e possuindo uma das maiores universidades do Brasil e da América Latina, constitui o segundo município que mais envia estudantes para o *campus*.

Tabela 5:

Cor/Raça	Quantidade	Percentual
Branco	4.847	71.8%
Pardo	1.322	19.6%
Preto	456	6.8%
Não informado	97	1.4%
Amarelo	21	0.3%
Indígena	5	0.1%
TOTAL	6.748	100.0%

Tabela 6:

Cor/Raça	CTAN (%)	Brasil IBGE (%)	Diferença
Branco	71.8%	43.5%	+28.3pp
Pardo	19.6%	45.3%	-25.7pp
Preto	6.8%	10.2%	-3.4pp
Amarelo	0.3%	0.4%	-0.1pp

Cor/Raça	CTAN (%)	Brasil IBGE (%)	Diferença
Branco	71.8%	43.5%	+28.3pp
Indígena	0.1%	0.6%	-0.5pp

A partir das Tabelas 5 e 6, confirma-se que, seguindo a tendência já mencionada anteriormente, a maioria dos estudantes do campus CTAN se identifica como branca, seguida pelos pardos e pretos, e por último pelos amarelos e indígenas. Na Tabela 6, observa-se que os dados do CTAN apontam para uma significativa sobre-representação de estudantes brancos e uma sub-representação de pardos, o que indica a necessidade de criação e implementação de políticas de inclusão mais eficazes. As tabelas evidenciam que a disparidade na presença de estudantes brancos, que representam 71,8% do colegiado do campus, é muito superior à média nacional de 43,5%, revelando um quadro de profunda desigualdade racial.

5.2: Conclusão:

A partir dos dados coletados, percebe-se uma significativa desigualdade racial, com 71,8% dos ingressantes sendo brancos, percentual muito acima da média nacional de 43,5%. Também se observa uma forte concentração geográfica, já que 90,1% dos estudantes são provenientes de Minas Gerais. Em todas as faixas etárias analisadas há predominância de alunos brancos no *campus*. Em relação ao município de origem, nota-se que os municípios menores apresentam maior presença de estudantes pardos e pretos quando comparados às capitais.

5.3: Campus Dom Bosco (CDB):

Tabela 7:

Curso	Branc o	Pardo	Preto	Não inf.	Indígena	Amarelo	Total aprox.
Biotecnologia	66	38	13	14	0	1	132
Ciências Biológicas	91	39	24	23	1	0	178
Filosofia	83	37	22	22	0	1	165
Física	78	34	18	17	1	0	148
História	87	30	21	19	0	1	158
Letras	85	38	19	18	0	1	161
Letras - Inglês	66	18	13	13	0	0	110
Medicina	72	40	21	20	2	1	156
Pedagogia	77	41	19	20	0	1	158
Psicologia	101	34	17	17	3	1	173
Química	94	28	13	12	1	1	149

Na tabela 7 é demonstrado a etnia dos alunos dos 10 principais cursos do *Campus* Dom Bosco (CDB), percebemos que assim como no CTAN os principais cursos do CDB também são cursos dominados pela etnia branca, seguida pelos pardos e pretos, destaca-se também a falta de alunos que se declaram indígenas. Podemos notar, também, uma grande diferença entre a quantidade de alunos das diferentes etnias, com algumas chegando até mesmo a cerca de 50 alunos de diferença para as outras.

Tabela 8:

Raça/Cor	Medicina (aprox.)	%
Branco	72	46%
Pardo	40	26%
Preto	21	13%
Não informado	20	13%
Indígena	2	1%
Amarelo	1	<1%

A tabela 8 foi construída com o objetivo de destacar o curso de Medicina da UFSJ, reconhecido nacionalmente como um dos cursos mais disputados no ensino superior brasileiro, tanto em instituições públicas quanto privadas. Observa-se que, na UFSJ, o curso segue a tendência já verificada no conjunto da universidade, com a etnia branca predominando e representando quase 50% dos estudantes. As demais etnias não ultrapassam individualmente 30% do colegiado, com destaque para os indígenas e amarelos, que representam 1% e menos de 1% dos alunos, respectivamente, no curso de Medicina do campus Dom Bosco.

Tabela 9:

Raça/Cor	Quantidade aproximada	% Aproximado
Branco	1050	62%
Pardo	350	21%
Preto	170	10%
Não informado	120	7%

Raça/Cor	Quantidade aproximada	% Aproximado
Indígena	8	<1%
Amarelo	5	<1%
Total	1703	100%

A Tabela 9 apresenta o total do alunado do campus e confirma que a maior parte dos estudantes se declara branca, representando 62% do total. Em seguida aparecem os estudantes pardos, com 21%, e os pretos, com 10%. Diferentemente do observado no CTAN, este campus possui um número maior de alunos que se autodeclararam indígenas do que amarelos; entretanto, ambos os grupos continuam representando menos de 1% do total de estudantes.

5.4: Conclusão:

A partir dos dados apresentados, observa-se que a etnia branca é predominante em todos os cursos. Entretanto, pardos e pretos somam cerca de 31% dos ingressantes, configurando uma parcela significativa do corpo discente. Destaca-se também a categoria “Não informado”, cuja presença se aproxima de 10% em alguns cursos e no total geral do campus. Além disso, indígenas e amarelos, somados, representam menos de 2% do alunado. Cursos como Medicina, Psicologia e Ciências Biológicas reforçam o perfil majoritariamente branco, embora apresentem uma presença de estudantes pardos e pretos superior à média nacional.

5.5: Campus Santo Antônio (CSA):

Tabela 10:

Curso	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Não informado	Total
Eng. Produção	157	47	29	0	0	34	267
Eng. Elétrica	170	62	34	1	0	49	316
Eng. Mecânica	196	86	47	2	2	69	402
Matemática	62	41	22	0	0	28	153

Tabela 11:

Cor/Raça	Eng. Produção	Eng. Elétrica	Eng. Mecânica	Matemática
Branco	58.8%	53.8%	48.8%	40.5%
Pardo	17.6%	19.6%	21.4%	26.8%
Preto	10.9%	10.8%	11.7%	14.4%
Não inf.	12.7%	15.5%	17.1%	18.3%

As tabelas 10 e 11 apresentam os mesmos dados, sendo que a tabela 11 traz a proporção aproximada dos grupos analisados. A partir delas, observa-se que, assim como nos demais campi, o CSA também possui cursos em que a maior parte do alunado se autodeclara branco, seguido pelos estudantes pardos e pretos. Constatam-se ainda baixos índices de representatividade indígena, configurando essa etnia como a de menor presença entre os cursos do campus.

Tabela 12:

Cor/Raça	Engenharia a Produção	Engenharia a Elétrica	Engenharia a Mecânica	Matemática	Total	% Total aproximado
Branco	157	170	196	62	585	59,0 %
Pardo	47	62	86	41	236	23,8 %
Preto	29	34	47	22	132	13,4 %
Amarelo	0	1	2	0	3	0,3 %
Indígena	0	0	2	0	2	0,2 %
Não informado	34	49	69	28	180	18,2 %
Total geral	267	316	402	153	1.138	100%

A tabela 12 tem como objetivo mostrar a etnia geral do alunado do campus, verifica-se que assim como nos outros campi o alunado também é em sua maioria branco, com os pardos e pretos logo em seguida, notamos também que os amarelos e indígenas não somam nem 1% do total geral, destaca-se também os dados de 'Não informado', que soma mais de 18% do total geral dos alunos.

5.6: Conclusão:

A partir dos dados, foi possível observar o predomínio de ingressantes brancos, embora pardos e pretos representem uma parcela considerável, com cerca de 36%. Em alguns cursos, o percentual de estudantes que não informaram raça/cor ultrapassa 15%, enquanto a presença de amarelos e indígenas é muito baixa, ambos com menos de 1% do total.

Notou-se também que os municípios menores e do interior de Minas Gerais concentram mais de 80% dos alunos e apresentam maior diversidade racial, com maior proporção de estudantes pardos e pretos, enquanto os estudantes brancos se

concentram nas cidades médias e nas regiões centrais. Além disso, a categoria “não informado” aparece com frequência elevada, sobretudo em municípios do interior. De modo geral, os dados sugerem que a maioria dos estudantes pardos e pretos tem origem em localidades com menor IDH.

Considerações Finais:

A partir dos dados apresentados, observamos que a adesão ao SISU, ao ENEM e a programas governamentais, como o Expandir e o Reuni, provocou transformações significativas no perfil dos estudantes da UFSJ. Embora seja possível identificar um aumento no número de alunos pretos e pardos — o que aponta para um processo de democratização do acesso — essa democratização ainda é parcial. Os campi sede continuam apresentando maioria branca, enquanto estudantes pretos e, sobretudo, indígenas permanecem com participação muito reduzida na universidade.

Também foi possível notar que, com a adesão a esses programas, a UFSJ passou a assumir características de uma universidade nacional, atraindo estudantes de diferentes regiões do Brasil. Apesar disso, mantém um perfil predominantemente estadual. A pesquisa revelou ainda que a instituição possui um contingente significativo de estudantes cotistas; contudo, os principais beneficiários das cotas são alunos brancos, concentrados especialmente na modalidade de egressos de escolas públicas. Ainda assim, as políticas de cotas permanecem como o principal fator responsável pelas mudanças expressivas no perfil discente da UFSJ ao longo dos últimos anos.

Ao compararmos os dados da UFSJ com os indicadores nacionais, observamos que alguns de seus campi apresentam níveis de inclusão racial bastante reduzidos. O CTAN, por exemplo, possui mais de 70% de seus estudantes autodeclarados brancos, enquanto a média nacional não ultrapassa 45%. Esse campus também apresenta baixa representação de estudantes pardos, grupo que supera 45% no país, mas que corresponde a apenas 19% no CTAN. As etnias preta e indígena também estão sub-representadas, com 6,8% e 0,1%, respectivamente, índices inferiores à média nacional de 10,2% e 0,6%.

Nos demais *campi*, embora persistam desigualdades, os dados se aproximam um pouco mais do cenário nacional, como ocorre no Campus Santo Antônio, que apresenta proporções de estudantes pretos e pardos relativamente mais próximos da média brasileira.

Diante desse panorama, torna-se evidente que, apesar dos avanços no enfrentamento da desigualdade racial e do racismo estrutural presentes na sociedade, ainda é necessária a adoção de políticas de inclusão mais eficazes, além do fortalecimento de campanhas de autodeclaração e de incentivos à ampliação das políticas afirmativas.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Reuni Digital: linha do tempo. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/linha-do-tempo>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Reuni: contribuições para a expansão. Disponível em:

https://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/reuni_contribuicoes-expansao-2.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996

COUTO, L.; CARDOSO, F. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL. *Múltiplos Acessos*, v. 8, n. 1, p. 89-114, 21 abr. 2023.

de Oliveira, Juliana Augusta Nonato, and Petronilha Beatriz Gonçalves. "Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vaga." *Cadernos Cenpec| Nova série* 9.1 (2019).

de Carvalho, José Jorge. "O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro." *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)* 1.1 (2007).

E SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Ações afirmativas na UFSCar – em busca da qualidade acadêmica com compromisso social. *Políticas Educativas – PolEd*, [S.

l.], v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/18350>. Acesso em: 30 nov. 2025.

FRANCO, Ana Maria de Paiva; CUNHA, Sarah. Perfil socioeconômico dos graduandos das ifes. **Radar** | 49 | fev. 2017.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Belo Horizonte: Fonaprace, 112p., 1997.

FONAPRACE. II **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília: Fonaprace, 89 p., 2004.

FONAPRACE. III **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília: Fonaprace, 66 p., 2011.

FONAPRACE. IV **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fonaprace, 291 p., 2014.

FONAPRACE. V **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia: Fonaprace, 158 p., 2018.

Guarnieri, Fernanda Vieira, and Lucy Leal Melo-Silva. "Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica." *Psicologia Escolar e Educacional* 21.2 (2017): 183-193.

Heringer, Rosana. "Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico." *Revista Brasileira de Orientação Profissional* 19.1 (2018): 7-17.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2013*. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 27 06. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2023* Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 05 07. 2025.

LIMA, REGINA LUZIA MARCONDES DE ARRUDA. "Cotas: uma política de inclusão." *São Paulo* (2008).

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n.117, p.197-217, 2002.

OLIVEIRA, Jadna Téssia. **Transformações urbanas em São João del-Rei: a valorização imobiliária no decênio 2005-2015**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São João del-Rei, 2017.

SOARES, A. M. J. *Overeducation* entre beneficiários de ações afirmativas: evidências em uma universidade pública brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 58, n. 6, p. e2024–0143, 2024.

Trevisol, Joviles Vitório, and Rosileia Lucia Nierotka. "'Lei das cotas" e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro." *Quaestio-Revista de Estudos em Educação* 17.2 (2015).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Histórico institucional. Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/historico_institucional.php. Acesso em: 29 nov. 2025.

UFSJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI). **Plano de desenvolvimento institucional 2019-2023**. São João del-Rei, outubro, 2019.